

Tribuna Operária

da Luta

ANO VI - N.º 208 - DE 18 A 24 DE MARÇO DE 1985

Cr\$ 700

A classe operária apóia a legalidade

Operários, artistas de renome como Fafá de Belém e democratas do país inteiro em campanha pela legalização do PC do B. Pág. 6



AS MUDANÇAS QUE O POVO RECLAMA DA NOVA REPÚBLICA

A posse de Tancredo Neves, dia 15, não é uma simples troca de presidente como o Brasil acostumou-se a assistir. Sintoma disso é a presença em Brasília de dez chefes de governo, inclusive Daniel Ortega, presidente da destemida Nicarágua sandinista, e de uma representação da Albânia socialista. É também descomunal a expectativa de mudanças que toma conta do povo. Mas nota-se igualmente concessões indesculpáveis à direita, como na escolha do Ministério, e indefinições sobre os mais sérios problemas da crise brasileira — a dívida, a questão agrária, a superexploração dos trabalhadores. Nas páginas 3 e 4, a análise do que muda com a Nova República.

Sindicatos traçam um plano de emergência

Reunidos em Brasília, 500 líderes sindicais elaboram programa de cinco pontos para os combates dos trabalhadores na nova fase da vida nacional. Pág. 7

EDITORIAL

Por um novo Brasil

Inaugura-se a Nova República. Os brasileiros, com justa razão, depositam grandes esperanças nesta transição em curso. Embora também se sintam descontentes com algumas debilidades evidentes, desde a formação do Ministério até os pronunciamentos vacilantes dos novos governantes.

Mas será um equívoco restringir a Nova República ao governo. Este, apesar de moderado, já significa um passo importante, representa a sociedade civil, foi levado ao Palácio do Planalto por um vigoroso movimento de massas, substitui a oligarquia fardada que usurpou o poder pela força no golpe de 1964. Mais do que o governo, entretanto, a característica maior desta Nova República é o florescer da liberdade. É a presença do povo, mais consciente e mais organizado, exigindo seu lugar e seus direitos.

Outro engano que se manifesta na conjuntura atual é confundir a democracia com uma estrada ampla, reta e asfaltada, onde os governantes concedem de mão beijada as reivindicações dos trabalhadores. Os que alimentam tal ilusão fogem da realidade. O sistema democrático não é o predomínio da tranquilidade. Antes disto, representa a livre manifestação dos conflitos de interesses e de classes; é o jogo aberto das pressões sem as perseguições, as torturas e assassinatos que conhecemos sob o fascismo.

As próprias contradições já reveladas no governo Tancredo esclarecem esta realidade. Por um lado, Tancredo Neves convidou e recebeu os comunistas no próprio dia de sua escolha para presidente no Colégio Eleitoral. E afirmou, categórico, que o SNI tornou-se um órgão policialesco, incompatível portanto com a liberdade. De outra parte, na escolha do Ministério, cedendo a pressões que todos conhecem, manteve o SNI e ainda nomeou como titular da pasta um general da ativa.

O novo presidente por mais de

uma vez elogiou a política externa adotada até o momento. Mas não convidou para a sua posse o ditador Pinochet, grande amigo de Figueiredo. Em compensação, convidou o governo da Albânia Socialista, ao contrário do regime militar que impediu até a entrada de dois cientistas albaneses convidados pela SPBC para seu congresso no ano passado.

Estas contradições é que darão a tônica daqui em diante. O povo, através de suas entidades, de seus representantes atuais no Congresso Nacional e principalmente na futura Assembleia Constituinte, de greves, manifestações nas praças públicas, e de outras formas de luta, atuará no sentido das transformações amplas e profundas exigidas pela nação. Os conservadores, por seu turno, tratarão de restringir o movimento de renovação para mudar apenas o superficial e o secundário.

Assim sendo, não cabe aos trabalhadores esperar passivamente. O que se impõe é a sua mobilização e organização, para participar ativamente na construção do novo Brasil, e abrir espaço para que se conquiste um novo regime, político-social, onde o povo tenha em suas mãos os destinos do país.

O povo apóia o novo governo e a Nova República no sentido de promover efetivamente as mudanças. Ao mesmo tempo, manterá a sua independência. Não poupará esforços para colaborar na tarefa grandiosa de varrer o lixo deixado pelos fascistas. Atuará em conjunto com todas as correntes democráticas para consolidar a liberdade. Empenhará suas energias para levar o mais longe possível as transformações progressistas que o Brasil necessita. Adotará posições críticas, sinceras mas firmes, sempre que encontrar resistências à democracia e tentativas de preservação da antiga ordem estabelecida pelos generais. O punho erguido que no dia 15 saúda a Nova República, saúda a liberdade e o progresso. E lutar por isto.

URGENTE

Tancredo operado

Na noite de quinta-feira, dia 14, ao encerrarmos esta edição, a nação foi surpreendida pela notícia de que o presidente eleito Tancredo Neves, acometido de uma inflamação intestinal, estava impedido de assumir a Presidência da República, marcada para o dia seguinte, segundo a Constituição. Diante do fato inesperado e preocupante, a Tribuna Operária, certa de estar sintonizada com o sentimento de todos os democratas e do povo brasileiro, manifesta a sua viva expectativa de que o episódio tenha solução constitucional, normal e democrática.

Carteiros se levantam em todo Brasil

Depois da greve vitoriosa em São Paulo, outra greve com êxito no Rio de Janeiro e mobilizações no Rio Grande do Sul, Paraná e outros Estados. A vida, o trabalho e a luta desta categoria que se projeta hoje nos movimentos dos assalariados estão na página 7.

Mestres vitoriosos em Minas

Greve dos professores dobra os comerciantes do ensino. Pág. 8

Albânia socialista presente em Brasília

Pela primeira vez desde 1964, uma delegação diplomática albanesa chega ao Brasil, para participar da posse de Tancredo. Pág. 2

300 anos da inesquecível arte de Bach

Ele morreu pobre e sua viúva ficou reduzida à condição de pedinte. Mas sua obra musical influenciou até os Beatles e Vinícius. Pág. 9



Plácido, sem emprego, tem que vender pipoca

Drama do subemprego atormenta operários

Trabalhadores qualificados obrigados a viver de "bico" por falta de emprego. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Bolivianos travam heróica batalha contra o FMI

Os operários bolivianos estão sustentando uma heróica batalha contra a política antipopular e antinacional que vem sendo implementada no país por imposição do Fundo Monetário Internacional.

Sob a direção da Central Operária — COB, os trabalhadores decretaram greve geral por tempo indeterminado na sexta-feira, dia 8. Exigem um salário mínimo de acordo com as necessidades básicas de sobrevivência, reajustes com base em uma escala móvel e segundo a alta do custo de vida, rompimento com a política de submissão ao FMI com a suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização dos bancos e das minas. E a renúncia do presidente Hernán Siles Zuazo.

RADICALIZAÇÃO

O cenário é de uma aguda radicalização política, tendo por pano de fundo a grave crise econômica. A inflação do mês de janeiro foi de 80% e, a manter esse ritmo, chegará a nada menos do que 116.000% no final do ano! O quadro foi agravado pelas últimas medidas adotadas por Siles Zuazo. Cada vez mais submisso às exigências do imperialismo, o governo determinou a majoração dos preços dos serviços públicos em 500% no mês passado; em 300%, dos alimentos básicos; 400%, da gasolina; além de desvalorizar a moeda em 500% para aumentar as exportações.

A produção declina ano a



Passeata de mineiros em La Paz: exigindo posições firmes de Zuazo

ano. Enquanto a população aumentou em aproximadamente 800 mil habitantes entre 1981 a 1984, o produto agropecuário foi 30% menor no mesmo período. O abastecimento de gêneros alimentícios tornou-se ainda mais precário, assemelhando-se ao de uma economia de guerra, agravando a miséria e a fome do povo.

FALTA PÃO

Para comprar pão, os trabalhadores formam longas filas diante das padarias, desde as 5 horas da madrugada, mas a venda está limitada a cinco pães por pessoa, situação que perdura há vários meses. Igualmente difícil é a aquisição de outras mercadorias essenciais à sobrevivência. E o valor real do salário é corroído hora a hora pela inflação.

Nessas condições se desenrola o confronto de classes na Bolívia. Os operários em greve querem garantia

de abastecimento e um controle rigoroso dos preços dos produtos básicos à sobrevivência. Pedem a renúncia de Siles Zuazo porque o atual presidente mostra-se vacilante e prefere ceder às pressões do FMI a atender às necessidades do povo.

Na segunda-feira, dia 4, mais de 50 mil trabalhadores, liderados pelos combativos mineiros, realizaram uma "marcha pelo pão e pela liberdade" em La Paz. Milhares de operários das minas bolivianas, provenientes de vários pontos do país (alguns viajaram até 200 quilômetros para participar do protesto), continuam concentrados na capital e lá pretendem permanecer até que suas reivindicações sejam atendidas.

HEROÍSMO

O heroísmo e o forte espírito de combatividade dos operários é secundado pela solidariedade ativa de todo o povo boliviano. Em La Paz, os mineiros, quase sem

recursos, contam com a ajuda de suas mulheres, que através das emissoras de rádio, chorando, qualificam de injusto o tratamento que lhes está sendo concedido pelo governo e pedem uma solução imediata para que possam dar de comer aos filhos.

Os camponeses aderiram à luta e ameaçam interditar as estradas do país. A greve paralisou tudo na Bolívia. Só funcionam os setores que os trabalhadores desejam ver funcionando. O governo tem respondido com chantagens e ameaças. Procura caracterizar o movimento como "extremista" e a serviço do presidente da COB, Juan Lechin. A isso os trabalhadores responderam, em nota divulgada à imprensa: "Nosso movimento é revolucionário, tem origem nas bases e não está sendo manipulado".

Por seu turno, os militares continuam ameaçando um golpe e o Exército decretou alerta máximo. A violência policial é grande. Os operários dão o troco usando detonadores de bombas de dinamite. O ministro do Interior declarou que o governo pode fazer uso do estado de sítio. Munições estão sendo armazenadas no Palácio do Governo. O povo, contudo, não se intimida e suas lideranças asseguram que a luta será levada às últimas consequências, contra a atual política antinacional e as forças reacionárias golpistas,

(Umberto Martins)



Brejnev (no caixão), Andropov e Tchernenko: sucessão rápida em Moscou

Gorbatchev assume o comando do PCUS

Mikhail Gorbatchev é o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética — eleito apenas 4 horas após o governo social-imperialista ter anunciado a morte de Tchernenko. Tudo indica que Gorbachev já havia sido escolhido para o cargo mesmo antes do falecimento de Tchernenko — que ficou apenas 13 meses no poder, substituindo Andropov em fevereiro de 1984 (também este ficou poucos meses no poder).

Quando da indicação de Tchernenko — com 72 anos debilitado para a chefia do partido e do governo —, já havia indícios de que era uma solução provisória para a luta pelo poder que se travava entre os

adeptos de Brejnev — morto em novembro de 1983 — e os de Andropov. Gorbachev, ligado ao grupo Andropov, veio consolidando posições, desde então, e acabou galgando o poder agora.

A imprensa ocidental e mesmo dirigentes políticos europeus vêm cobrindo Gorbachev de elogios. Mas na verdade não se esperam grandes mudanças nos rumos políticos soviéticos. A URSS deve continuar na linha de agressão aos povos e disputa por áreas de influência no globo, permeada de acordos com os EUA, que adotou após o golpe revisionista que levou Nikita Kruchev ao poder nos anos 50.

Deportações em massa de imigrantes no Surinã

Denúncia das deportações em massa de trabalhadores imigrantes pelo regime militar.

Até o mês de janeiro, o regime militar do Surinã já deportou mais de 5 mil trabalhadores, a maioria dos quais guianeses e haitianos "sem visto" de permanência. O ataque fascista ao mais explorado e desprovido de direitos entre os segmentos da classe operária do Surinã é parte dos esforços do regime militar para lançar sobre as costas dos trabalhadores os custos da crise.

Nossos companheiros estrangeiros são vítimas da superexploração pelos capitalistas, inclusive o Estado. São usados como mão-de-obra barata e temporária. Antes de lançarem as buscas, os governantes militares publicaram decretos reduzindo as possibilidades de os imigrantes obterem o visto de permanência. Entregaram, assim, os imigrantes à voracidade dos capitalistas.

O terror lançado pela Polícia Militar é acompanhado de demagogia chovinista, com o objetivo de dividir os trabalhadores. Os ataques ultrajantes trazem o nome fascista de "navio limpo", como se os trabalhadores imigrantes fossem lixo. Essa ação desumana é chefiada pelo comandante da PM, M. Zeeuw, confidante de Bouterse, dono de night-club e, segundo diversas evidências, cúmplice dos assassinatos de 8 de dezembro de 1982 (quando foram mortas 15 pessoas ligadas à oposição ao regime militar, entre as quais o jornalista Bram Behr, porta-voz do Partido Comunista do Surinã).

Violência selvagem e intimidações são usadas com abundância pelo exército e a polícia repressivos contra o povo. Por-

tas são derrubadas, pessoas são espancadas e trancadas por horas sob o sol escaldante. Oficialmente, o regime militar afirma que seus ataques brutais são "apenas um exercício". Pretende estender as ações até o distrito de Nickerie, que faz fronteira com a Guiana. Por todo o país são instalados "postos de fronteira" contra os chamados "estrangeiros clandestinos", aumentando por este caminho a militarização do país.

Os líderes reformistas da Federação dos Sindicatos (que também participam do governo), provaram mais uma vez que são traidores da classe operária, completamente comprometidos com os patrões e o regime militar. Exatamente como em 1984, quando aconteceram batidas contra os imigrantes, eles abandonam a defesa dos direitos dos trabalhadores e aprovam furtivamente os ataques aos estrangeiros.

O Partido Comunista do Surinã chama todas as pessoas progressistas a denunciarem com vigor as deportações em massa dos trabalhadores imigrantes do Surinã pelo regime militar. Ele precisa ser detido!

Envie telegramas de protesto ao regime militar surinamês, exigindo:

— Fim imediato da deportação de trabalhadores imigrantes!
— Residência segura para todos os trabalhadores!

Endereço:
Militair Gezag
t.a.v. Lt. Kol. D. Bouterse
Verl. Gemenelansweg
Paramaribo
Surinam (S.A.)
Viva o internacionalismo proletário!

Albânia na posse de Tancredo

Justin Papajorgji, embaixador albanês junto à Organização das Nações Unidas, é o representante da República Popular Socialista da Albânia na cerimônia de posse do presidente Tancredo Neves a convite do governo brasileiro. O episódio possibilita uma retomada das relações estatais entre Brasil e Albânia.

Segundo a presidente da Associação de Amizade Brasil-Albânia, Vânia Moura, o convite feito à Albânia para assistir à posse de Tancredo "é de grande importância para que seja criada a representação diplomática albanesa no Brasil, e para que os intercâmbios entre os dois países se concretizem. O estabelecimento de re-

lações diplomáticas entre Brasil e Albânia levará a um intercâmbio mais intenso entre os dois países".

A Albânia se relaciona diplomática e comercialmente com mais de 100 países. Com o Brasil, ela firmou um acordo diplomático em Roma, em abril de 1961. Nesse ano foi assinado por Tancredo Neves e Santiago Dantas o decreto que formalizava a relação diplomática entre os dois países. Em 1963, vários países assinaram um acordo de preservação de bens culturais — Brasil e Albânia estavam entre os signatários.

Mais recentemente, os albaneses enviaram para a VII Mostra do Cinema Internacional do Museu de Arte de São

Paulo, em 1983, um de seus filmes premiados no Festival de Salerno, Itália. Na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1984, dois cientistas albaneses inscreveram trabalhos sobre agricultura e democracia.

"Os albaneses têm interesse no intercâmbio técnico, científico, cultural e comercial com o Brasil", conta Vânia Moura. "A Albânia inclusive adquire café e outros produtos brasileiros, mas sempre através de outros países. Com o estabelecimento de relações diplomáticas, esse intercâmbio pode ser direto. E para o Brasil há a vantagem de que a Albânia só paga à vista as transações comerciais com outros



Vânia: "relações benéficas"

países. A AABA está empenhada em que albaneses e brasileiros intensifiquem o mais amplamente possível suas relações nos mais variados setores. Temos certeza de que será útil e benéfico para os dois povos."

Sionistas promovem atrocidades no Líbano

Enquanto prosseguem com sua propalada "retirada" do Líbano, os soldados de Israel continuam cometendo atrocidades e semeando o terror entre a população libanesa. Sempre contando com o apoio dos Estados Unidos, que vetaram uma resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando "as práticas e as medidas adotadas por Israel contra as populações do Sul do Líbano", os sionistas parecem pretender varrer o território libanês a resistência patriótica e palestina, antes de saírem do país.

Diariamente aldeias são invadidas pelo Exército sionista. Populações indefesas são submetidas às mais torpes humilhações. Casas são demolidas, escolas utilizadas como centros de interrogatórios, cidadãos são assassinados a sangue frio. Zrariyeh, Arab Salim, Deir Qanoun, Tair Debbah, Burj Rabal, Yanouh, Maarakah, Silaa, Kawthariyat Siyad, Qasmieh, Jezzine, Bashidiyeh foram algumas das muitas localidades invadidas pelos bandos armados de Israel.

Todos os homens das aldeias invadidas são interrogados pelos invasores. As casas de suspeitos de colaborarem com a resistência libanesa são



Os sionistas interrogam todos os homens nas aldeias do Sul do Líbano e destroem as casas dos patriotas

destruídas por tratores e tanques. O ministro do Exterior do governo social-democrata de Israel, Yitzhak Shamir, diz esperar que "essas medidas preventivas provem aos diversos terroristas (como ele denomina os patriotas libaneses e os palestinos) que eles não podem atacar o Exército israelense sem receber punição", e defendeu que "Israel deve manter no Líbano uma guerra muito dura contra o terrorismo".

Seguindo as orientações de seus chefes, os sionistas promovem, além das invasões de aldeias e vilas, atentados terro-

ristas nos bairros mais populosos das cidades libanesas. Em Beirute, um carro-bomba destruiu o prédio onde se encontrava o líder da organização sunita Morabitum, Mustafá Saad, matando três pessoas e ferindo outras 37, inclusive o próprio Mustafá. Em Maarakah, 15 libaneses foram mortos e 80 feridos por uma bomba num bairro popular. Em Vel-el-Abed, subúrbio populoso de Beirute, 92 populares foram mortos e mais de 100 feridos num atentado sionista. Em Srariyeh 34 populares foram mortos pelos soldados de Israel e o governo justificou

essa mortandade alegando que eram pessoas que tentavam fugir e, portanto, "deviam ser guerrilheiros".

A resistência libanesa não se dobra ao terror. Ações guerrilheiras, carros-bombas contra unidades militares, fustigamento do exército invasor são realizados incessantemente. Israel admite que já perdeu 637 homens no Líbano, desde a invasão em 6 de junho de 1982. Mas o número deve ser bem maior, pois até mesmo familiares de soldados que participaram da invasão queixam-se de que não têm notícias de seus filhos

6.896 condenados à morte na Turquia

A ditadura fascista da Turquia prepara a execução de 6.896 democratas, patriotas e revolucionários, condenados à morte pelo governo do general Kenan Evren. Somente no ano passado, cerca de 4 mil populares foram presos por se oporem ao governo — que tem o apoio do imperialismo norte-americano e da OTAN, possuidora de instalações militares no país. Mais de cem mil pessoas encontram-se nos cárceres políticos, submetidas a bárbaras torturas, julgamentos sem provas etc. Cinco jornalistas mili-

tantes do Partido Comunista Revolucionário da Turquia (TDKP) foram condenados a um total de 2.361 anos de prisão.

Mesmo de dentro das celas os opositores não se vergam diante da brutalidade dos agentes do regime, e são realizadas combativas greves de fome, protestos etc. A solidariedade com as vítimas do governo turco podem ser expressas através de cartas de protesto enviadas a Kenan Evren, Devlet Baskani, Cankaya-Ankara, Turquia.

Tancredo toma posse:

Chegou a hora da faxina

Fala o relator da Comissão do Entulho

Foi instalada na quarta-feira passada a Comissão interpartidária encarregada de examinar as alterações na legislação eleitoral e partidária para democratizar as normas que vão reger as próximas eleições para as prefeituras das capitais, das áreas de segurança nacional e principalmente para a Assembleia Nacional Constituinte. A Comissão é composta por 21 membros, sendo oito do PMDB, seis do PDS, quatro do PFL, um do PDT, um do PT e um do PTB. Ela será presidida pelo senador Aloísio Chaves, líder do PDS, e terá como relator o deputado João Gilberto, do PMDB do Rio Grande do Sul. Terá um prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 20, para concluir seus trabalhos.

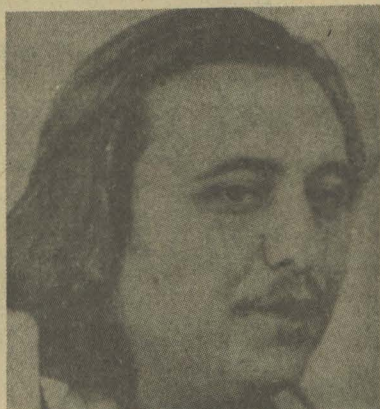
A tarefa desta comissão é da maior importância para a consolidação do processo de democratização do país. Caberá a ela limpar a legislação partidária de todos os seus aspectos arbitrários, para garantir que as próximas eleições sejam efetivamente as mais livres da história da República. Por isso mesmo, a Comissão está sendo chamada na intimidade de **Comissão do Entulho**.

"A PRIMEIRA PEDRA"

Na opinião do deputado João Gilberto, relator da Comissão, ouvido pela **Tribuna Operária**, o objetivo básico do seu trabalho é limpar o terreno legislativo, no que diz respeito à organização e funcionamento dos partidos políticos e do processo eleitoral. "Nosso trabalho será o de tirar a primeira pedra do caminho da Constituinte, de forma a garantir que as eleições para ela sejam as mais livres possíveis. É claro que ainda restarão outras pedras no caminho, que devem ser removidas por outros meios" — explica.

Segundo João Gilberto, esta será uma comissão essencialmente de negociação. "Como ela é integrada por representantes de todos os partidos, as suas conclusões devem ser fruto de um processo de ampla negociação política. Por isso mesmo, seus resultados são imprevisíveis. De qualquer forma, já existe um consenso: é preciso democratizar ao máximo as normas eleitorais e partidárias, para que elas sejam mais justas para todos os partidos" — argumenta.

Um dos pontos principais a ser apreciado pela Comissão é o que trata da organização



João Gilberto: Constituinte livre

partidária. "Precisamos fazer com que a legislação que regula a organização e o funcionamento dos partidos políticos seja a mais livre possível, de forma a permitir que todas as correntes de pensamento existentes no país possam se organizar livremente para participar da Constituinte. Sem isso, teremos uma meia Constituinte" — defende o deputado gaúcho.

João Gilberto acrescenta que a legalização dos partidos colocados hoje na ilegalidade deve vir ainda este ano. "Hoje há uma corrente ponderável dentro do Congresso Nacional a favor da legalização de todos os partidos políticos. Esta é uma tese majoritária. Mesmo porque a legalização dos partidos é na verdade um problema mais político do que legislativo, embora exista um impedimento constitucional não muito claro" — justifica.

OUTRAS TAREFAS

Além da livre organização partidária, a Comissão discutirá assuntos como o voto dos analfabetos e dos soldados e cabos, a representação política para o Distrito Federal, a devolução da autonomia política a todos os municípios, as ilegalidades, a proporcionalidade com os eleitores ou com a população, o limite máximo de representantes por Estado, o alistamento eleitoral e o voto distrital.

"É claro que não poderemos fazer a limpeza geral, porque estaremos restritos à legislação eleitoral e partidária. Será preciso haver outros esforços iguais a este para que a limpeza seja geral. De qualquer forma, do nosso trabalho depende o grau de liberdade na Constituinte. Se nós falharmos, a Constituinte estará comprometida. Se atingirmos o ponto ótimo, estará garantida uma ponderável parcela de liberdade, mas ainda faltarão outras coisas" — afirma João Gilberto. (Da sucursal)

A partir de sua posse, dia 15, Tancredo Neves assume tremenda responsabilidade. Ele chega à Presidência da República comprometido com a decisão de mudar não só o governo, mas o regime político. E deve precisamente a ela sua hoje notória popularidade. Mas a expectativa é de mudança *mesmo*, e já, a começar pela faxina no que resta da ditadura.

Sim, porque apesar de estar sido derrotada na sucessão, desalojada do comando político, deixa atrás de si todo um rosário de seqüelas.

Caso tivesse havido uma ruptura brusca, uma derrubada da ditadura no sentido estrito do termo, o caminho da democracia seria desobstruído de imediato. Contudo, o fim do regime assumiu outra forma, a de um processo de transição democrática. E, portanto, os democratas têm pela frente, como tarefa urgente, efetivar a transição, remover o entulho, acabar definitivamente com a ditadura e instalar plenamente a democracia.

REGIME DE URGÊNCIA

A tarefa começa pela própria Constituição. Não se concebe que a Nova República festejada pelo povo conviva, ainda que provisoriamente, com uma Carta que já no seu preâmbulo traz a marca da Junta Militar ditatorial de 1969.

Os dispositivos constitucionais sobre partidos políticos e eleições, em particular, precisam de reformulação urgente e corajosa. Ainda este ano devemos ter — como exige o povo — eleições diretas para prefeitos das capitais dos Estados e municípios considerados "áreas de segurança nacional". E mais ainda, entramos já na rota que leva à Assembleia Constituinte, cujas regras precisam ser clara e democraticamente fixadas desde agora para garantir seu caráter livre e soberano.

O Congresso Nacional agiu acertadamente, portanto, ao iniciar o ano legislativo pela convocação de uma Comissão suprapartidária incumbida de examinar a reforma partidária e eleitoral (veja a entrevista ao lado).

Só a limpeza nessa área específica já é uma tarefa de gigante. É preciso afastar as limitações e discriminações que a Constituição e a Lei impõem hoje; legalizar a curto prazo os partidos ainda privados do direito a uma vida normal; acabar com as sublegendas; garantir a liberdade de coligação partidária; estabelecer normas democráticas para a propaganda gratuita de partidos e candidatos através do rádio e da televisão; fixar proporções equitativas entre as representações dos Estados na Constituinte, baseadas no número de eleitores; garantir finalmente o voto dos analfabetos e praças; moralizar a prática do voto através do recadastramento geral do eleitorado e de processos eficazes de fiscalização — isto só para citar algumas questões mais evidentes.

Mas a limpeza imediata, em regime de urgência, não pode se restringir a isso. Será necessário ajustar as contas também com outras leis herdadas da ditadura, como a Lei de Imprensa, a Lei Antigreve e, com destaque todo especial, a tristemente célebre Lei de Segurança Nacio-

nal. É imperativo que o Congresso revogue a curto prazo essa monstruosa excrescência legislativa, de corte fascista, aprovando um dos projetos neste sentido, já em tramitação.

A ditadura deixa também toda uma máquina de espionagem e repressão, que em parte foi posta em compasso de espera, mas não desativada. Faz parte da limpeza de entulho eliminar do organograma da República órgãos como o Serviço Nacional de Informações e seus tentáculos. E se isto não foi feito pelo presidente Tancredo ao compor seu Ministério, é mais um motivo para que o movimento popular e democrático reforce a luta neste sentido.

MUDANÇA DE CONJUNTO

O ajuste de contas com as seqüelas da ditadura se dá num quadro de mudança cujo alcance é importante aquilatar. Não é uma mudança circunscrita ao Poder Executivo Federal. Está em curso todo um reordenamento do quadro nacional, com deslocamentos que atingem o conjunto das classes sociais, das forças políticas e das instituições existentes. Muda o Executivo, mas mudam também o Legislativo e o Judiciário, a própria sociedade civil, as condições em que se desenvolvem os movimentos operário e popular. Neste processo, é certo, há vacilações e recalitrâncias — até demais. Mas o impulso do processo democratizante, com milhões de brasileiros a empurrá-lo, tende a levá-las a vencidas.

Graves concessões no Ministério

O anúncio da equipe ministerial de Tancredo Neves, **terça-feira, dia 12, não conteve maiores surpresas. O perfil conservador dominante no Ministério e mesmo a quase totalidade dos titulares das pastas já era conhecida. Mas houve também certas definições — e indefinições — rigorosamente indefensáveis do ponto de vista da transição democrática.**

Entre elas, avulta a manutenção do Serviço Nacional de Informações (SNI) com nível de Ministério, e chefiado por um general de exército da ativa, Ivan de Souza Mendes, que logo após o golpe de 1964 foi o primeiro interventor no Distrito Federal.

É verdade que desde antes o dr. Tancredo advogava a não-extinção do SNI — posição em si já altamente contestável e conflitante com os anseios democratizantes do povo. Mas Tancredo prometera uma reforma profunda no sinistro órgão, privando-o de seu caráter policialesco e limitando-o estritamente ao status e à função que os organismos de informação costumam ter em regimes democráticos.

O que se vê não é isso. Não só se mantém o órgão criado pelos golpistas de 1964 e chamado de "monstro", por seu próprio fundador, o general Golbery do Couto e Silva. Mantém-se também o status de Ministério, que o SNI só assumiu em 1974, em pleno auge da ditadura fascista. E designa-se para chefiá-lo um general de quatro estrelas!

As notícias filtradas na imprensa sobre o assunto indicam um quadro grave. A chefia da Agência Central — órgão executivo do SNI — seria mantida com seu titular atual, general



Geraldo Braga. A vice-chefia permaneceria também com o general Ary Carracho Horne, e a Escola Nacional de Informações continuaria com o general Joaquim Soares Moreira, tal como agora. As Agências Regionais também não sofreriam remanejamento. E as fichas — as odientas fichas calculadas por alguns em mais de 10 milhões e classificadas por um moderníssimo computador — não seriam tocadas, nem os infelizes fichados teriam sequer acesso a elas.

Não há como admitir ou engolir uma coisa dessas. As concessões e compromissos fazem parte da vida política, às vezes são até obrigatórias. Mas há também as concessões que são inadmissíveis e, para os democratas com um mínimo de coerência, esta é precisamente uma delas.

PF FORA DE CONTROLE

Como se isto não bastasse, o Estado Maior das Forças Armadas mantém igualmente o status de Ministério, que adquiriu sob o regime militar. Porém talvez o episódio mais chocante situe-se fora do Ministério propriamente, no chamado segundo escalão, o caso da Polícia Federal (PF).

Para a chefia da PF, um órgão ligado ao Ministério da Jus-

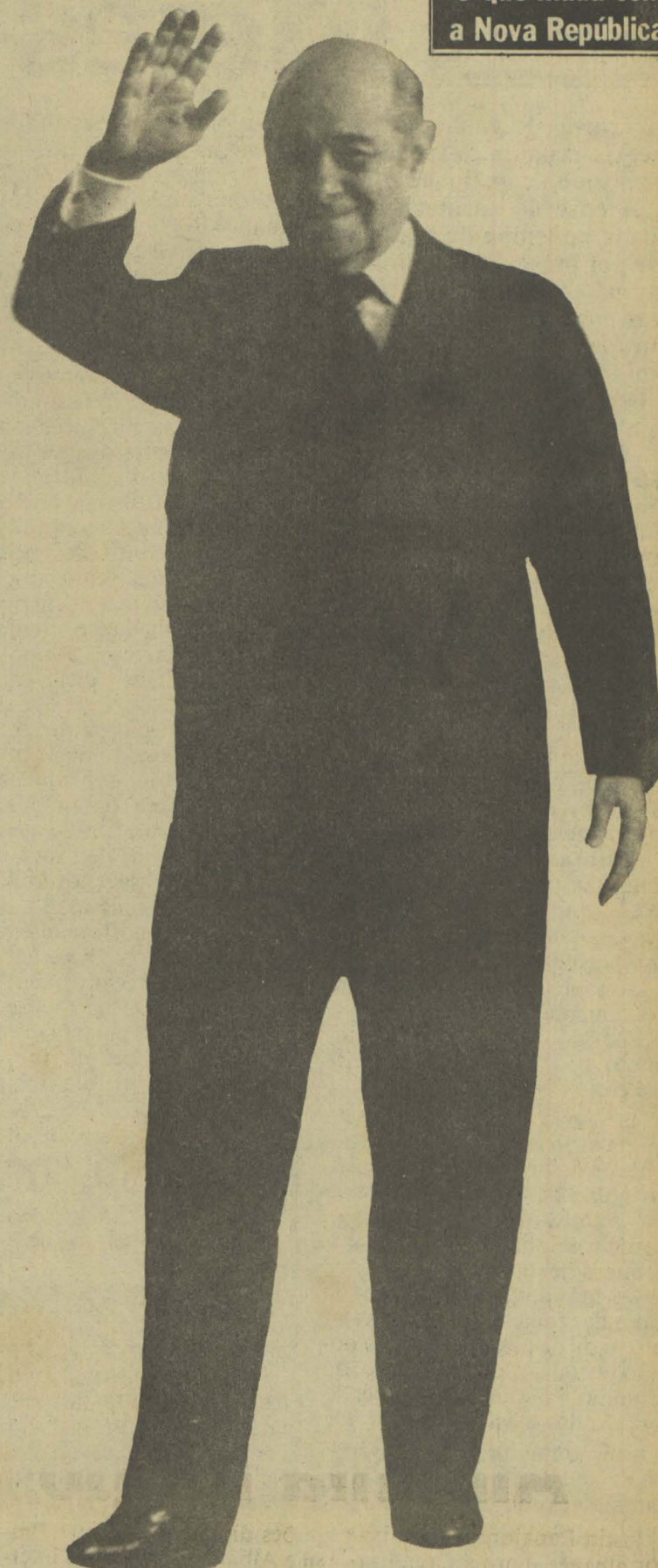
tiça, foi escolhido o coronel Luís Alencar Araripe — cujas credenciais são as de ter sido chefe da Agência do SNI em Minas Gerais, ser amigo pessoal e ex-colega de turma do general Medeiros, titular do SNI no governo Figueiredo. Mantém-se, assim, a nefasta tradição instituída sob a ditadura.

O caso chegou a tal ponto que o ministro Fernando Lyra, escolhido por Tancredo para a pasta da Justiça, e teoricamente responsável pela designação do chefe da PF, nem sequer sabia ao certo o nome do coronel Luís Alencar. Em conversa com os jornalistas, chegou a chamá-lo de "Luís Carlos". Ora, se o coronel não é pessoa do conhecimento e da confiança do ministro da Justiça, quem o terá indicado? E para fazer o quê?

A pergunta tem enorme procedência e relevância porque se sabe que nos últimos tempos a Polícia Federal passou a desempenhar algumas das funções mais sujas da repressão política. Invadiu casas, seqüestrou pessoas, espancou posseiros, saqueou bens... E isso não em tempos distantes, mas há coisa de poucos meses. Além disso, torturadores identificados quando atuavam nos macabros Doi-Codis do Exército passaram posteriormente a compor os quadros da PF, onde estão até hoje.

A despolitização e desmilitarização da Polícia Federal é medida democratizante que não pode deixar de ser tomada. Mantê-la dentro dos contornos atuais é manter um órgão expressamente voltado contra os movimentos populares e contra o próprio governo democrático.

Ao fazer concessões de tal natureza ao militarismo, o novo governo está criando cobras em sua própria cama. Os generais e coronéis formados na escola da repressão ditatorial não podem ter lugar em cargos de confiança de uma administração de transição democrática.



PC do B na posse

No ato de posse de Tancredo Neves, juntamente com as caravanas dos Estados que se dirigiram a Brasília, os comunistas se mobilizaram para participar da grande festa democrática. Assim como na campanha das diretas, o PC do Brasil marca sua presença com faixas e bandeiras.

Os comunistas, que tiveram participação destacada na campanha oposicionista que resultou na derrota do regime militar, não poderiam se ausentar da grande manifestação popular de posse do novo presidente. Na oportunidade, o PC do B reafirma a expectativa do povo num governo democrático, que opere as transformações que a nação exige. Mantém uma posição independente, cobrando da Nova República uma postura mais avançada na resolução dos grandes problemas existentes no país.

A presença do povo e do partido no ato é uma oportunidade para reafirmar a necessidade urgente da legalização de todos os partidos

obrigados à clandestinidade, com a eliminação de todo o entulho autoritário que contamina a sociedade brasileira e a conquista de uma democracia efetiva.



Bandeiras e faixas do PC do B, a marca da presença comunista

Foto: Epitácio Vale



A Nova República herda abacaxis econômico-sociais de tirar o sono de qualquer governo. A crise de estrutura, exacerbada no tempo da ditadura, ferve por baixo de cada problema e não é do tipo que tolera meias-medidas. Apesar de seus contrapesos conservadores, a nova administração terá de levar isso em conta, sob pena de não alcançar seus objetivos.

Tancredo Neves e seus ministros já assumem às voltas com todo um rol de problemas espinhosos e urgentes.

Há um “estouro” de 20% na base monetária em fevereiro. As exportações continuam a cair, reduzindo quase à metade o saldo na balança comercial. Os exportadores, nervosos, pressionam por uma maxidesvalorização do cruzeiro. E o dólar, mais nervoso ainda, rompe a barreira psicológica dos Cr\$ 5 mil no mercado paralelo. Isto fora episódios como os do Sulbrasileiro, Sunamam, Inamps, Instituto do Açúcar e do Alcool, que a rigor deveriam ser casos de polícia mas têm forte impacto na economia.

Entretanto, com todo respeito pelo tamanho desses problemas, eles são café pequeno perto dos grandes nós estruturais da crise brasileira.

A crise não vem de ontem, tem mais de meio século, arrasta-se pelo menos desde os anos 30. O próprio golpe de 1964 foi em parte uma tentativa de dar-lhe resposta, à moda reacionária. Hoje, é notório que a tentativa fracassou: se houve considerável expansão da economia, foi às custas de apertar mais ainda os nós da crise — o domínio estrangeiro, o império do latifúndio no campo, a superexploração das massas do povo.

Queira ou não, o novo governo terá de se haver com esses nós, a começar pelo da dependência nacional, e em especial o da dívida, externa.

Cr\$ 500 mil por pessoa: em 85, é a conta da dívida

Há indicadores de que Tancredo Neves se desapontou com a conversa que teve em Washington, dia 30 de janeiro, com Ronald Reagan. Tancredo tinha esperança de abrir um canal político, de governo para governo, para a discussão da dívida. Reagan cortou seco. Se o Brasil pegou dinheiro com os bancos privados, alegou, entenda-se com eles.

Ainda que a resposta fosse outra, essa via é problemática. No fundo, os governos das potências imperialistas credoras representam o capital financeiro. Acontece que convém aos banqueiros tratar a dívida brasileira diretamente, como uma operação bancária qualquer. É o que lhes permite impor ao Brasil condições avassalantes — como as do tristemente famoso “Acordo n.º 2”, denunciado pela OAB em 1983, renunciando a alegar razões de soberania nacional.

É nestas condições que os banqueiros retomarão com a administração Tancredo as negociações que interromperam em fevereiro com o governo Figueiredo. Eles aceitam conversar sobre modos de pagar o principal, as prestações da dívida. Mas não cedem um milímetro em relação aos juros.

Calcula-se que só este ano o Brasil pagará, de juros, 13,2 bilhões de dólares. Isto equivale a Cr\$ 500 mil por habitante, ou 7% do Produto Nacional Bruto brasileiro. No ano passado o país pagou essas taxas, consideradas “escorchantes” pelo próprio Tancredo Neves, às custas de um alucinado esforço exportador. Contudo, a nação já dá sinais de estar com a língua de fora, e as exportações de janeiro e fevereiro de 1985 foram inferiores às de 1984.

Para continuar arrancando seus juros — quer dizer, seus lucros — os banqueiros tencionam manter a auditoria do FMI no Brasil. Como se sabe, há dois anos essa fiscalização assume formas acinzentadas: a cada três meses uma funcionária do Fundo, Ana Maria Jul, instala-

se no Palácio do Planalto e passa em revista as contas do país, que são segredo para os brasileiros. O FMI dita até o preço do pão, que subiu 1.024% entre janeiro de 1983 e fevereiro de 1985. A ameaça à soberania nacional, portanto, não é uma simples cláusula contratual do “Acordo n.º 2”. É um fato consumado.

Não está claro como o novo governo se conduzirá nesta questão, o que equivale a colocar um grosso ponto de interrogação na frente de toda a sua plataforma econômico-social. Tancredo tem reiterado a intenção de “honrar os compromissos” contraídos pelos governos militares junto aos credores, ao mesmo tempo em que promete a retomada do crescimento econômico e recusa a hipótese de novos sacrifícios para os trabalhadores. Na prática, terá de escolher: ou uma coisa, ou outra. A ciência econômica ainda não inventou uma maneira de contentar simultaneamente os trabalhadores daqui e os usuários de além-mar.

A julgar pelos dados de hoje, a tendência do novo governo é conservar nestas questões as linhas mestras da política anterior, de “pagar e rolar”. Mas esta política já mostrou ter consequências desastrosas para a nação e o povo, que insiste na palavra de ordem dos comícios pró-diretas e pró-Tancredo: “FMI fora daqui!”.

A luta no campo tende a sofrer um acirramento

O compromisso assumido por Tancredo frente ao problema agrário é aplicar o Estatuto da Terra. Convém então examinar mais de perto essa Lei, que é obra do regime militar, mas cuja efetivação é reivindicada pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

O Estatuto da Terra foi criado em 1964 pelo general Castello Branco, com o estímulo dos EUA, preocupados com a rebeldia camponesa na América Latina. Inspirou-se na “Reforma Fundiária” feita pela democracia cristã na Itália expressamente para conter o “perigo vermelho”. E seu lema bem poderia ser o daquele latifundiário italiano, personagem do romance “O Leopardo”: “Algo precisa mudar para que tudo permaneça como está”.

Parece, entretanto, que o general Castello subestimou o bitolado reacionarismo do latifúndio brasileiro. Os senhores de terras se rebelaram. Sálvio de Almeida Prado, então presidente da Sociedade Rural Brasileira, chegou a ameaçar: “Teremos que começar a conspirar de novo”. E como o latifúndio tivera peso decisivo no golpe, o Estatuto da Terra foi arquivado.

Enquanto isso, ocorria no país uma reforma agrária ao contrário. Entre 1967 e 1978, segundo o Incra, a área das glebas com menos de 10 hectares caiu de 2% para 1% do total; ao passo que as propriedades com mais de 10 mil hectares passavam de 16% para 25% das terras ocupadas.

Hoje, que o Estatuto da Terra volta à berlinda, há condições diferentes das de 1964. Em vez de estar batido, o movimento camponês vive um ascenso. E o latifúndio já não conta com o escudo da ditadura, embora conserve posições-chave nos mais altos escalões do governo.

Os trabalhadores do campo entram na Nova República dispostos a lutar pela reforma agrária e tomar em suas mãos a aplicação daquilo que os beneficia no Estatuto da Terra. Alguns Congressos Estaduais preparatórios do 4.º Congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), marcado para maio, propuseram inclusive a ocupação das terras de acordo com o que está no Estatuto.

De outro lado, os latifundiários não parecem mais dispostos a ceder do que em 1964. Vários deles já se empenham há algum tempo na organização de exércitos particulares de jagunços. Ainda este mês, dirigentes da mesma Sociedade Rural Brasileira escreviam sintomaticamente ao vice-presidente José Sarney, pedindo que pressio-



Manifestação dos trabalhadores do Metrô de São Paulo em campanha salarial: o FMI já é alvo da luta do povo

nasse em favor de um ministro dos Assuntos Fundiários que fosse “isento de contaminação ideológica”, e que defendesse “o primado da livre empresa e o direito da propriedade”...

Tudo isso são presságios de acirramento da luta no campo. E a própria mobilização pela aplicação do Estatuto da Terra, apesar de suas limitações, pode abrir caminhos para a batalha, esta sim decisiva, para quebrar a atual estrutura latifundiária.

Pacto social: nada será dado sem muita luta

Os portuários de Santos, reunidos em assembleia na noite de domingo, dia 10, adiaram por 15 dias sua decisão sobre uma greve, à espera das medidas que o novo governo venha a tomar. O fato mostra um pouco da expectativa imensa que contagia hoje milhões de brasileiros explorados.

O mesmo clima de suspense cerca a decretação do primeiro salário-mínimo da Nova República, a vigorar a partir de 1.º de maio. Segundo o Dieese, o mínimo deveria ser de Cr\$ 886.397 para atender à exigência da Constituição, permitindo a sobrevivência de uma família trabalhadora.

Também aí os sinais emitidos pela nova equipe governamental são desconcertados. Fala-se em recuperar o poder aquisitivo dos assalariados, em não exigir deles novos sacrifícios, mas ao mesmo tempo repete-se em diversos níveis o velho argumento de que os reajustes de salários não podem ficar acima do aumento dos preços, sob pena de gerar inflação.

Ora, os trabalhadores já conhecem de sobra essa alegação, e sabem por sua dura experiência que ela não passa de uma lorota. Durante 21 anos, principalmente na última fase, os salários foram violentamente arrochados, e mesmo assim a inflação disparou como nunca. Os reajustes salariais efetuam-se de seis em seis meses, enquanto os preços sobem todo dia.

O problema, contudo, não é de teoria, e sim de correlação de forças. Aquilo que o trabalhador arranca é tirado do patrão, e vice-versa. Na Nova República, como sempre, nada será dado de presente aos trabalhadores; tudo terá de ser conquistado, com união, organização e luta.

Fala-se muito em pacto social, ainda que de maneira nebulosa. Em princípio, os assalariados não têm por que recusar a negociação de algo como um grande acordo coletivo de trabalho. Mas têm o que reivindicar: abono de emergência, seguro-desemprego, jornada de 40 horas semanais, reajustes trimestrais, liberdade e autonomia sindical e o direito de formar comissões de empresa, por exemplo. E não guardam ilusões de que um “pacto”, qualquer que seja, estabeleça a paz social entre exploradores e explorados. Sua própria experiência, que se renova anualmente nos contratos coletivos, mostra que são momentos de luta.

		ENTIDADES NACIONAIS	ENTIDADES INTERMEDIÁRIAS	ENTIDADES DE BASE
MOVIMENTO SINDICAL	URBANO	Sete Confederações e duas dezenas de Federações Nacionais por categoria, via de regra rigorosamente acomodadas.	Setenta Federações estaduais, na maioria também passivas e divorciadas de suas bases.	Cerca de 2 mil sindicatos, com grau diferenciado de trabalho, inclusive uma minoria com base mais sólida em suas categorias; índice de sindicalização em torno de 20%.
	RURAL	A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), sem dúvida a mais ativa das Confederações, apesar da relativa juventude do sindicalismo rural brasileiro.	22 Fetags (Federações Estaduais), em geral bem mais atuantes que as das cidades, algumas com tradição e prestígio.	Perto de 2.600 sindicatos, destacando-se os da zona canieira pernambucana e de algumas áreas de posseiros; índice de sindicalização próximo de 50% e considerável disseminação das Delegacias Sindicais.
	ARTICULAÇÕES INTERSINDICAIS	A CUT (Central Única dos Trabalhadores), fundada em agosto de 1983, apresenta-se como central sindical organicamente estruturada.	Estruturas estaduais, regionais e municipais em formação, mas com predomínio de representações fictícias, sem o aval de suas categorias ou entidades.	Presentes no último Congresso (84) diretores de 251 sindicatos urbanos e 248 rurais, nem todos com o aval de suas diretorias ou das bases.
		A Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) não se apresenta como uma central, propriamente, mas como uma articulação sem estruturação orgânica própria.	Articulações intersindicaís por Estado bastante esvaziadas ou inativas, exceto onde o movimento conseguiu conservar sua unidade.	454 Sindicatos urbanos e 645 rurais, em geral escolhidos a nível de diretoria, sem consulta às bases, compareceram ao Congresso de 1983.
MOVIMENTO ESTUDANTIL	UNIVERSITÁRIO	A UNE (União Nacional dos Estudantes), fundada em 1937 e reorganizada em 1979, é a mais tradicional entidade popular do país em nível nacional.	11 UEEs (Unões Estaduais de Estudantes) e 88 DCEs (Diretórios Centrais de Estudantes, existentes em todas as universidades do país), todos participando da UNE e presentes em seu último Congresso.	Perto de 1.300 DCEs e CAS (Diretórios e Centros Acadêmicos) vinculados à UNE, dos quais 780 presentes no último Conselho da entidade; não passam da casa das dezenas as entidades de base ainda sem vínculo com a UNE.
		A UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), fundada em 1948 e reorganizada em 1981.	Oito entidades estaduais e cerca de 150 municipais, inclusive em quase todas as capitais, participando da UBES; e pelo menos meia centena de entidades municipais sem contato com a UBES.	Um número não calculado de Centros Cívicos e Grêmios, na maioria não integrados à estrutura do movimento e com atividade débil ou inexistente.
	SECUNDARISTA			
MOVIMENTO DE MORADORES		A Conam (Confederação Nacional de Associações de Moradores), estruturada em 1982, realizou dois Congressos, mas não tem tido atividade constante.	Há numerosas Federações por Estados, municípios ou regiões, algumas com atuação intensa, como na luta dos mutuaristas do BNH, mas a maioria sem atuação regular.	Calcula-se em 13.300 o total de Associações de Moradores, das quais 40% funcionam de fato, algumas com muita garra, outras 40% têm vida formal e 20% são entidades fantasmas.

Organizar o povo é o xis do problema hoje

Na Nova República, mais do que antes, a organização do movimento popular na luta aparece como ponto crucial. Pode-se dizer até que em última instância ela definirá o rumo concreto da transição democrática. Mas há ainda uma considerável distância entre a organização existente hoje e aquela necessária para a crise brasileira ter uma solução popular.

O quadro acima dá uma idéia aproximada da organização nas principais vertentes do movimento popular atual. Naturalmente, o povo se organiza também em partidos, em entidades de mulheres, jovens, negros, defesas da cultura, da ecologia, e até em estruturas vinculadas a credos religiosos. Ainda tem havido no Brasil movimentos, limitados no tempo mas de grande poder aglutinador, como o Movimento Contra a Carestia em 78, a Campanha da Anistia em 79 e os notáveis Comitês Pró-Diretas em 84. Porém mesmo sendo parcial a tabela dá uma noção do panorama atual.

Pode-se vê-lo de dois ângulos distintos. Comparado com a realidade de seis ou sete anos atrás, o avanço salta aos olhos. Em pouco tempo, e nas duras condições de um regime militar autoritário, o povo criou, reestruturou ou reavivou milhares de entidades. Mas, do ponto de vista das necessidades do movimento popular, aparecem pontos débeis de peso.

O movimento sindical, se é fraco na base, tem nas Federações e Confederações autênticos antros de peleguismo e atraso — com honrosas exceções. E sofre ainda com a obtusa divisão e concorrência entre CUT e Conclat, sem que nenhuma das duas articulações tenha poder de fogo ou prestígio para liderar o movimento real. Mesmo o sindicalismo rural e o movimento universitário, mais estruturados, padecem dessa debilidade geral que é antes de mais nada das raízes organizativas dentro dos locais de trabalho, de moradia e estudo.

Pior obstáculo era a ausência de liberdade

É preciso encargar de frente esta realidade, em especial agora que se criam condições para reverter-la. O fim do regime e a transição democrática (ver pág. 3) permitem afastar a principal causa da débil organiza-

ção popular no Brasil — a falta de liberdade, que tem sido crônica desde sempre e tornou-se aguda sob a ditadura. Abre-se espaço assim para uma fase de intenso crescimento das estruturas organizativas do povo.

O debate e a campanha para a Constituinte, assim como o clima geral que se cria, favorecem o combate a vícios como o apulicismo, o apoliticismo, o apelegamento e o espírito de seita.

Outra esfera vital da organização popular — a partidária — ganha relevo com a iminente legalização dos partidos mantidos ainda na ilegalidade. Uma discussão acalorada sobre o assunto já começou e ganha força. O Partido Comunista do Brasil aparece mais à luz do dia, com uma linha que condensa o sentimento do povo. Em unidade com as demais forças da democracia, promove atos públicos em todo o país pela legalidade.

A organização popular caminha simultaneamente no plano partidário e no das entidades de massa. Longe de se excluir, ou competirem, os dois planos se completam e um só avança se o outro avançar também. É progredindo em ambos que nos tornaremos um povo organizado, ou seja, capaz de lutar e de vencer.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um movo tipo de militância

“Antes era habitual falar-se de direção ‘em geral’. Agora a direção em geral não passa de palavreado que nada dirige. Hoje, exige-se uma direção concreta, específica. O período anterior criou uma espécie de militante sabe-tudo, pronto a responder qualquer questão teórica ou prática. Agora, esse tipo de militante deve ceder lugar a um novo tipo de militante, capaz de tornar-se conhecedor de um dado ramo de atividade. Para dirigir efetivamente é preciso conhecer a fundo o seu setor de trabalho, estudá-lo conscienciosamente, com paciência e perseverança.”

MOBILIZAR O POVO

Esta observação de Stálin, em relação à prática política na URSS em 1925, tem imensa atualidade para a atividade dos revolucionários no Brasil de hoje. A partir principalmente do início de 1984, os grandes comícios, com centenas de milhares e até milhões de pessoas, ocuparam as ruas. E com a vitória democrática alcançada contra os generais na batalha sucessória, ampliam-se as condições para a intervenção cada vez mais intensa das massas trabalhadoras no cenário político nacional. Multiplicam-se, portanto, as responsabilidades dos ativistas e militantes de vanguarda para contribuir neste processo.

Hoje, não basta agitar os protestos e as palavras de ordem em geral. Para que o povo faça valer a sua voz, tornam-se indispensáveis a mobilização e a organização dos trabalhadores em nível superior. Isto só se realiza se em cada fábrica, em cada bairro, em cada escola, existirem verdadeiros dirigentes de massas e não apenas pregadores de cartazes ou distribuidores de folhetos convocando para este ou aquele ato público.

TEORIA E PRÁTICA

Direção concreta, como fala Stálin. Que conhece profundamente as condições onde trabalha; que domina a política geral e tem capacidade para “traduzi-la” para seus companheiros no local onde atua; que sabe ligar os problemas diários com as questões gerais; que conhece as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores; que exerce liderança de fato porque está à frente de cada manifestação, cada protesto, cada luta.

Na questão da batalha que se inicia pela Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, esta direção não poderá ficar nos apelos superficiais, mas deverá encontrar as formas práticas de discutir com o povo as mudanças essenciais e os procedimentos concretos, tanto para eleger o maior número de representantes populares como para pressionar a Constituinte em favor das transformações progressistas e da consolidação da democracia. Na luta já em andamento pela legalidade do Partido Comunista do Brasil e de todos os partidos políticos, urge que este novo tipo de combatente tome iniciativas, saia da rotina, busque o apoio democrático mais extenso, encontre meios para esclarecer os brasileiros sobre o Partido e sobre a importância de sua atividade legal. E ajude o povo a participar desta conquista.

NOVO RITMO

Na política, como em todos os ramos de atividade, quem não acompanha o ritmo do movimento degenera-se. Uns saem do curso político porque têm uma visão curta, estreita, idealizam um caminho próprio sem ligação com o conjunto; outros não têm ousadia suficiente, não se lançam na tempestade da luta de classes. Nas condições criadas pela derrota dos generais, quando floresce a liberdade no Brasil, só este tipo de militante indicado por Stálin poderá ajudar o povo a ocupar o seu lugar na Nova República. (Rogério Lustosa)

A assistência à Saúde da população brasileira, no curso da sua história, é resultado de improvisações e sobras, desprovida de qualquer planejamento consequente e responsável, sempre voltada aos interesses das classes privilegiadas, marginalizando os usuários das discussões, decisões ou aplicações de práticas efetuadas.

Vale dizer, em outras palavras, ser o cidadão comum, homem ou mulher, velho ou criança, trabalhador ou desempregado, mero ingrediente no atual contexto da saúde, cabendo-lhe tão - somente migalhas discriminadas de um modelo caótico, despótico, casuístico e fraudulento, que se despenca de “per si”, exigindo profundas mudanças em suas concepções e execuções.

Desde os primórdios da assistência à Saúde no país sua formulação baseou-se em restos ou disponibilidades financeiras passageiras, direcionadas a porções de segmentos da classe trabalhadora, com financiamentos pelos próprios trabalhadores através de descontos percentuais em sua folha mensal de salários. Mais e mais foi se estendendo a influência da concepção previdenciária sem, entretanto, preocupar-se verdadeiramente com o modelo universal de atenção à saúde que objetivasse assistir a toda população por ação concreta do Estado, na formulação, planejamento, execução e principalmente custeio do programa.

A atual concentração de riquezas em grupos insignificantes percentualmente e com distribuição de rendas de forma totalmente discriminada, sacrificando o trabalho e privilegiando o capital, mantém o modelo social perverso em seu todo, levando grande parcela da população a severas restrições de vida e propiciando perfis de saúde completamente defasados do grau de desenvolvimento econômico atingido.

O modelo exportador da economia brasileira - estimulando o crescimento da indústria pesada, de produtos manufaturados duráveis, das indústrias eletro-eletrônica e automobilística, prospecção e exportação de minérios e outras, levando ao empobrecimento cada vez maior da população, por escravatura da mão-de-obra, especializada ou não, derivada da recessão econômica, contenção e arrocho salarial, centralização dos centros industriais em zonas urbanas, manutenção da estrutura fundiária com grandes latifúndios e monoculturas, dificultando a fixação do homem no campo, por falta de terra e salários mais e mais aviltantes — resulta em um dos grandes responsáveis pelos conglomerados urbanos de grandes proporções, desprovidos de quaisquer planejamentos ou urbanizações, normalmente aglutinados nas periferias das grandes cidades, permitindo assim os naturais agravamentos dos problemas sociais tais como: educação, transportes coletivos, moradia, distribuição de alimentos, consumo de energia, e especialmente atenção à Saúde.

INAMPS não cumpre direitos

Falar em saúde implica necessariamente falar primeiro em reforma agrária, revogação do arrocho salarial, garantia de emprego, mudanças profundas nas políticas habitacional, educacional, agrária e tudo o mais que no conjunto representa o verdadeiro conceito de Saúde, adquirido ao ser conseguida sobrevivência condigna do nosso povo.

Partindo do princípio consensual de que Saúde é um direito inquestionável do cidadão e um dever do Estado, esforços do governo devem ser direcionados para o verdadeiro equacionamento do setor. Além das resoluções dos severos problemas da política social (moradia, transportes, alimentação, segurança, educação), as resoluções específicas das questões de Saúde devem obedecer a princípios fundamentais há muito exigidos pela população:

Saúde no Brasil

Um sistema despótico que discrimina o homem comum



Os serviços oferecidos estão muito aquém das necessidades e dos direitos do povo

a) acesso de todo o cidadão ao sistema; b) serviço unificado de Saúde; c) incremento da rede pública em níveis municipais, estaduais e federal; d) dotações orçamentárias mínimas nos municípios, Estado e União; e) geração de recursos específicos para financiamento do setor.

Antes de discutir novo modelo de Saúde é interessante relembrar muitos fatos. A situação vigente é de estímulo pleno à iniciativa privada. A Previdência Social (INAMPS) contrata serviços de aproximadamente 3.600 hospitais em todo o território nacional e, segundo dados veiculados pela imprensa, cerca de 2/3 deles atenderiam bem a demanda. Dos chamados atendimentos de urgência, do ano de 1982 para 1983, houve aumento de aproximadamente 150% da demanda, enquanto a estimativa de crescimento da população foi de aproximadamente 1,8%. Dos cerca de 31,6% do orçamento da Previdência Social (SIM-PAS) destinados em 1976 à Assistência Médica, somente 18% o foram em 1984. A rede própria do INAMPS com cerca de 4 dezenas de hospitais em todo o país, desativadas ou parcialmente funcionando, e os hospitais universitários, ou autárquicos, ou estaduais, ou ainda municipais, atingindo pouco mais de uma centena, perfazem número bem aquém do desejável. A iniciativa privada argumenta serem os custos do serviço hospitalar público muito superiores aos dos privados, afirmativa frágil e capciosa, visto ser a rede pública sede do ensino universitário, do tratamento das doenças crônicas e prolongadas e local das poucas pesquisas realizadas no setor. (Veja o quadro ao lado)

Dos consultórios médicos das Secretarias de Estado da Saúde e Higiene e Saúde do Município de São Paulo, funcionam apenas 53% e tão somente 44% dos odontológicos. Ainda, a rede é ociosa, não alcançando metade de sua potencialidade.

No INAMPS cerca de 102 consultórios médicos estão totalmente desativados, dos 635 em funcionamento, muitos encontram-se subutilizados, enquanto apenas 926 dos 1.433 leitos possíveis estão à disposição do povo de São Paulo.

Constata-se pelo panorama atual a adoção consciente de opção privatista em razão da significativa inoperância do setor público, além da sua quase impossibilidade de expansão. O INAMPS contrata na Região Metropolitana de São Paulo 142 hospitais da rede privada num total de 12.101 leitos para atendimentos gerais e 5.264 para doentes psiquiátricos. Dos hospitais contratados, 103 prestam o chamado atendimento ambulatorial de urgência através do BAU — Boletim de Atendimento de Urgência. A previsão de consultas de urgência nos critérios definidos pelo CO-NASP (Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária) é 15% do total existente em uma comunidade e, em São Paulo, está na ordem de 40%.

Recursos públicos de saúde em São Paulo

INAMPS: 26 postos de Assistência Médica (PAM) com 635 consultórios e 5 Hospitais Gerais próprios com 1.113 leitos atuais e 1.433 potenciais.

Secretaria Estadual de Saúde: 244 Centros de Saúde com 743 consultórios médicos e 99 consultórios odontológicos.

9 Hospitais com 2.613 leitos, sendo 1.092 leitos gerais, 976 de dermatologia e 545 de pneumologia.

4 Hospitais Psiquiátricos com 4.760 leitos.

Secretaria da Higiene e Saúde do Município de São Paulo: 80 postos de assistência com 248 consultórios médicos e 75 odontológicos.

7 postos de Pronto-Socorro e 7 hospitais de Pronto-Socorro com 1.266 leitos.

Hospitais Universitários: 8

Obs.: Região Metropolitana de São Paulo

Uma população de doentes

Temos em consequência uma população de doentes e uma administração falida, inoperante, incoerente e permissiva, propiciando a existência de contundentes fraudes no Sistema Previdenciário e de maneira especial no INAMPS. Diagnosticamos a falência de um modelo. As contradições existentes multiplicam-se assustadoramente com voores forças mercantilistas, procurando inviabilizar qualquer alternativa de mudanças e, o que é pior, locupletando-se com os desvarios reinantes.

A estimativa da população da Região Metropolitana de São Paulo para o ano de 1985 é da ordem de 14,5 milhões de pessoas. O CO-NASP prevê 2 consultas médicas/habitante/ano perfazendo em estimativa cerca de 29 milhões de consultas/ano. Dos recursos ora analisados não consideramos a medicina liberal (consultórios privados), serviços médicos das chamadas previdências privadas (caixas beneficentes, assistência patronal, serviços próprios de autarquias e outros), avaliando-se apenas a capacidade instalada da rede pública e da rede conveniada com a Previdência Social.

A rede pública hoje existente tem condições potenciais de atender no mínimo 1/3 da demanda prevista e não o faz, transferindo por contratos e convênios a responsabilidade assistencial para a rede privada. Além disto, os critérios de controle e avaliação são frágeis e inoperantes, possibilitando a existência do livre uso e pleno abuso por parte de todas as partes do Sistema, gerando inúmeras e incontáveis fraudes, pautas atuais das amplas denúncias conhecidas.

Conclusões óbvias da presente situação: a) inoperância dirigida da

rede pública; b) priorização para utilização dos recursos privados por decisão consciente e deliberada dos governos ditatoriais; c) utilização superdirecionada dos recursos contratados, sem critérios e controles, além de seu superdimensionamento; d) fraudes continuadas na utilização dos serviços assistenciais.

Impostos sobre lucro do patrão

OPÇÕES PARA O SISTEMA DE SAÚDE

Muito tem-se discutido sobre opções para o Sistema de Saúde. Inicia-se o debate pela forma de seu financiamento. O modelo atual penaliza o trabalhador com confiscos percentuais do seu rendimento destinados à assistência à Saúde. Entendemos ser dever do Estado a promoção da Saúde que, em assim sendo, deve ser ofertada à comunidade conforme sua necessidade. O acesso aos serviços espera-se que seja pleno, sem privilegiar clientela, portanto com mecanismos de financiamento próprios e para todo o povo, poupando o já sofrido e desgastado salário. Por que não um imposto de Saúde sobre os lucros das empresas e com proibição expressa de repasses para os custos?

A unificação do Sistema de Saúde parece imperiosa, facilitando definições de normas reguladoras do setor e possibilitando a tão desejada concentração de meios e definições de fins. Tal unificação deverá ter como base o Ministério da Saúde recebendo os encargos e os recursos necessários à promoção efetiva da Saúde do povo brasileiro. O objetivo de um programa unificado prende-se em atender a demanda comunitária em qualidade e quantidade, de tal sorte que promova prevenção, diagnóstico, tratamento e recuperação de doenças e doentes sem privilégios ou restrições, recorrendo prioritariamente ao desenvolvimento do serviço público.

A rede básica de Saúde, repousando no serviço público municipal, estadual e federal, deverá constituir a porta de entrada do Sistema, não privilegiando clientela e sem qualquer preocupação mercantilista. Para atendimentos chamados secundários e terciários (consultas especializadas e tratamentos hospitalares) dever-se-á obedecer à orientação criteriosa da rede básica e acionar os recursos existentes com ênfase nos hospitais públicos hoje existentes e no planejamento para extensão da rede.

Muitas polêmicas são despertadas com o levantamento das questões de Saúde. Conscientes estamos desta realidade e entendemos ser o debate e a participação as formas adequadas para esclarecer situações duvidosas e estabelecer pontos fundamentais das reivindicações do setor a serem submetidas à análise da futura Assembleia Nacional Constituinte.

(Cid Célio Jayme Carvalhaes, vice-presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo e colaborador do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais — Cepsis)

DE OLHO NO LANCE

Olho na Federal

Especula-se que o sr. Romeu Tuma seria mantido na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. E um dos argumentos é a sua “eficiência” na apuração das fraudes do Inamps.

Os partidários desta presença antidemocrática podiam inventar outro pretexto. Há uns três anos que circulam denúncias sobre estas falcatruas e só agora, muito estranhamente às vésperas da posse do novo governo, é que, de forma bombástica, a Polícia Federal tenta posar de eficiente.

As investigações, pelo contrário, revelam incompetência - para não dizer conivência ou até mesmo esforço para liquidar o caso com a apresentação de alguns bodes expiatórios, sem chegar na raiz do problema. Até agora não se revelou toda a trama, não se apontaram o funcionamento da quadrilha e as suas ramificações. Tão desastrosa se mostra a atividade deste órgão repudiado pelos brasileiros que já apareceu até um membro da PF médico, envolvido nas trapaças.

É inconcebível que a Nova República mantenha à cabeça da Polícia Federal um notório representante da comunidade de informações. Seria a preservação do caráter de intervenção federal, e militar, da PF na vida política do Estado. Ou seja, a manutenção de um poder paralelo em São Paulo.

Mineiros formam comitê para a Constituinte

Foi lançado no dia 11, em Belo Horizonte, o Comitê Mineiro Pró-Constituinte e pelas eleições na capital. O auditório da Faculdade de Direito da UFMG foi pequeno para acomodar cerca de 800 participantes, representando os mais diversos setores democráticos e populares da vida política mineira. Estiveram presentes todos os partidos políticos, inclusive os que se encontram na clandestinidade.

Inúmeros deputados federais, estaduais, grande parte da bancada de vereadores de Belo Horizonte, prefeitos da região metropolitana, além de vários membros dos diretórios do PMDB do interior manifestaram sua disposição de se engajarem na luta que já começa a empolgar o país.

Compuseram também a mesa o secretário da Cultura de Minas, José Aparecido atual ministro da Cultura —, o presidente da Assembléia Legislativa, Dalton Canabarro, o reitor da UFMG, o presidente da Fundação João Pinheiro, o ex-constituente Edgar da Mata Machado, e diversos representantes dos secretários de Estado. Cerca de 20 sindicatos, inúmeras associações de bairro, além da Famobh, UNE, UBES, UMES, representaram o movimento popular.

O comitê tem sede na própria Assembléia Legislativa, e consta de três organismos: a Assembléia Plenária, de caráter consultivo, que congrega pessoas e entidades que lutam em unidade pelo caráter livre e soberano para a Constituinte a ser convocada; o Conselho Deliberativo, que reúne os partidos políticos e entidades gerais do movimento popular e democrático; e uma Secretaria Executiva, eleita pelo Conselho.

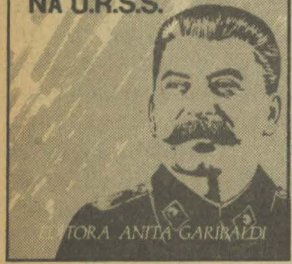
As atividades do comitê vão desde a função pedagógica de patrocinar debates, elaborar uma cartilha popular explicativa, até a função de ajudar a organizar o movimento popular e democrático de Minas, no sentido de influir nas decisões a serem tomadas pelos deputados constituintes para reorganizar a vida jurídica do país.

O momento de maior vibração da massa presente foi quando o representante da Comissão pela Legalidade do PC do B, Sérgio Brito, defendeu o direito de livre organização e expressão para todas as correntes de opinião, inclusive o PC do B. Aos gritos de "Legalidade, legalidade!", toda a plateia se levantou, contaminando com seu entusiasmo a própria mesa, que acompanhou a palavra de ordem puxada pelo público.

É alentador constatar o grau de unidade que se está forjando nessa nova batalha pela Constituinte livre e soberana. É ela a principal razão pela qual setores que se mostraram acomodados e mesmo hostis na luta pela eleição do candidato único das oposições voltaram novamente a mobilizar-se, procurando consolidar as vitórias alcançadas sobre o regime militar e partindo para a conquista de transformações mais substantivas da sociedade brasileira. (Da sucursal)

STÁLIN

PROBLEMAS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO NA U.R.S.S.



Um clássico do marxismo

Problemas Econômicos do Socialismo na URSS, uma das últimas obras de J. Stálin e de marcante atualidade. Pedidos à Editora Anita Garibaldi, com o envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 8 mil. Av. Brig. Luiz Antônio, 317 - sala 43. CEP 01317. São Paulo - SP - Fone: 34-0689.

Operários dão força à luta pela legalidade

Há um amplo apoio e a solidariedade da classe operária à campanha pela legalidade do Partido Comunista do Brasil. É o que se vê nos minicômícios e nas panfletagens realizadas nas portas de fábricas, convocando para o ato público do dia 23 no Pacaembu, em São Paulo.

“A legalidade para o Partido Comunista do Brasil? Não só sou a favor como acho que deveria ser legalizado há muito tempo. Infelizmente, o regime militar não permitiu”. Essa opinião, de um operário de 35 anos, da MWM, reflete bem o sentimento de sua classe, em particular das parcelas mais combativas e esclarecidas.

TODOS A FAVOR

De fato, dezenas de trabalhadores entrevistados pela **Tribuna Operária** nas portas da Walita, Metal Yanes, Coca-Cola, MWM e outras empresas, todos, sem exceção, manifestaram-se favoráveis ao direito democrático da legalidade. “Se nós vamos entrar na democracia, se o País tem liberdade, também tem que ter o PC legalizado”, resume um outro operário da MWM, um operador de máquinas de 24 anos.

Constata-se que a cruzada anticomunista patrocinada pelo regime militar nestes 21 anos já não provoca medo no seio da classe, dominada hoje por um forte sentimento democrático, um enorme anseio de amplas liberdades políticas.

“É preciso uma organização que defenda os interesses do trabalhador — diz um pintor da Coca-Cola. Por isso, sou favorável à legalização do Partido Comunista”. Um montador da Walita ressalta: “Sou a favor porque sou do lado da oposição e sei que é preciso mudar”.

“Tem que legalizar para o povo poder conhecer as idéias do Partido”, opina uma operária, montadora da Metal Yanes. “Eu sei que esse Partido tem muito a ver com a classe que ele defende e o que ele prega é bom”, diz um montador da metalúrgica Garrete, de 21 anos, enquanto recebe uma convocatória para o ato do dia 23, destinada aos operários.

POR MUDANÇAS

Os trabalhadores sublinham a necessidade de profundas transformações na estrutura política e econômica do País, ao lado da solidariedade com a legalização. “O custo de vida está muito caro e nós ganhamos pouco, é preciso legalizar esse Partido, pois ele defende os trabalhadores e vai lutar por mudanças”, sustenta um ajudante de manutenção da Coca-Cola.

“É válido a legalidade por-



Cartaz em quatro cores na campanha pela legalidade em São Paulo

que é um pessoal a mais para lutar”, afirma um montador da Walita, enquanto um outro acrescenta: “Eu não conheço todas as idéias do PC do B, mas acho que são boas e a legalidade é o caminho para que possa divulgar seu programa”. É grande a curiosidade sobre o Partido, o desejo de conhecer as idéias dos comunistas: “Vou lá (no ato do Pacaembu) para saber como é que é o Partido”, declara um operário, de 30 anos, da Metal Yanes.

Já o operário José Maria da França, desempregado, salienta que o PC do B “tem de ser legalizado, porque luta contra o desemprego e é a favor dos trabalhadores. Pode esperar que eu vou nesse ato no Pacaembu”.

SOCIALISMO

Na MWM, um trabalhador destaca que “o pessoal do PC do B tem mais coragem de falar que o dos outros partidos”. Um outro, liderança reconhecida dentro da fábrica, acrescenta que “o socialismo é o sistema que mais atende aos anseios das classes trabalhadoras. Eu acho importante a legalidade do PC do B e sei que vai ser necessário um grande trabalho de educa-

ção popular para que todos possam conhecer, realmente, as idéias comunistas e não ficar com as noções deturpadas que o regime e a burguesia divulgam. E o primeiro passo, sem dúvida, é a legalidade”.

Um controlador de qualidade, igualmente com grande liderança na empresa, diz que também considera “importante a legalidade. Acho até que está demorando muito, mas agora é o momento. É um direito legalizar e, se nós entramos na democracia, é preciso o máximo de liberdade. Não sou comunista, mas entendo que o PC do B tem uma identificação maior com os trabalhadores”.

Nota-se, ainda, que um considerável número de trabalhadores ainda não teve contato com as idéias do Partido e ignora sua luta pela liberdade e o socialismo. Apesar disso, eles apóiam a legalidade e mostram-se desejosos de conhecer as idéias comunistas, fato que realça a importância de o PC do B conquistar o direito democrático de atuar de forma aberta e legal e de promover uma ampla agitação e propaganda sobre os seus objetivos programáticos. (Umberto Martins)

Fafá cantará no Pacaembu

Diversos artistas e grupos musicais vão participar do ato pela legalidade do Partido Comunista do Brasil no Pacaembu, dia 23, em São Paulo. Inclusive a cantora Fafá de Belém, que teve uma presença destacada nas grandes campanhas pelas eleições diretas e em apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência.



A cantora das lutas democráticas

As caravanas provenientes dos bairros da capital e dos municípios (mais de 120 cidades estarão representadas na manifestação) serão recepcionadas pela bateria da escola de samba Nenê da Vila Matilde, campeã do carnaval paulista de 1985.

Até quarta-feira passada, estavam confirmadas a apresentação de 21 atrações musicais e, segundo o jornalista Luiz Aparecido, um dos responsáveis pelos contatos com os artistas, “outros deverão confirmar a participação nos próximos dias”.

A lista inclui, além de Fafá, os cantores e compositores Dominginhos, Belchior, Paulinho Nogueira, Renato Teixeira, Tom Zé, Eduardo Gudim, Itamar Correia. Os atores de teatro e televisão Raul Cortês e Renato Consorte, Juca de Oliveira e Irene Ravache também estarão presentes no ato.

Um grande número de novos artistas e grupos musicais apresentarão sua arte: o grupo de rock-frevo Zóia Paulista, Tato Fischer, Rafael Lima, grupo Ébano, grupo Contrabando, Itibiúba, Toninho Oliveira, o grupo Nova Era, Cleide Regina, Mochel, João Bã e Saulo Laranjeiras e as duplas caipiras Isaac e Zeferino e Gervásio e Ezequiel.

Na quarta-feira, foi realizada a última reunião preparatória do ato no plenário Teotônio Vilela, da Assembléia Legislativa, onde mais



A calorosa solidariedade dos democratas na Assembléia Legislativa

lugar a “festa da legalidade”, num clube popular da capital — “Independente”.

CEARENSES E CAPIXABAS

No dia 23 também haverá um ato pela legalidade no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Mais de uma centena de operários, estudantes, professores e líderes populares estão ajudando a mobilizar o povo. O coral da União da Juventude Socialista ensaia diariamente o hino “A Internacional”, que será entoado no dia. Diversos artistas do Estado prestigiarão o evento.

No Espírito Santo será dia 25 o ato em comemoração dos 63 anos de existência do Partido Comunista do Brasil e em defesa de sua legalidade. Ocorrerá

na Assembléia Legislativa, às 19 horas. Caravanas de vários municípios capixabas estão sendo organizadas. A manifestação está sendo divulgada também através de quatro out-doors em Vitória.

CARIOCAS PELA LEGALIDADE

No Rio de Janeiro, o ato em defesa da legalidade do PC do Brasil será no dia 2 de abril. O plenário Teotônio Vilela da Câmara Municipal vai sediar o evento. O local foi cedido aos comunistas pela mesa da Câmara, a pedido do vereador Sérgio Cabral (PMDB). O pedido foi aprovado por toda a mesa, com a exceção lamentável e isolada do vereador Fleming Furtado, do PDS. (Das sucursais)

Campanha ganha impulso nos Estados

“A democracia consiste também na legalidade do Partido Comunista do Brasil”. Essa declaração, feita pelo deputado Francisco Queiroz (PMDB), presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, ilustra bem a amplitude conquistada pela campanha em favor da legalidade do PC do B, impulsionada por comunistas e democratas em todo o País.

O governador Gilberto Mes-trinho e o prefeito Amâncio Mendes, visitados por Dyneas Aguiar, membro da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B, também manifestaram apoio à legalidade. A convite do deputado João Pedro (PMDB), Dyneas Aguiar presenciou uma sessão da Assembléia Legislativa, onde além da solidariedade de Francisco Queiroz, também ouviu o líder do PMDB, Armando Freitas, declarar seu apoio “pessoal e do PMDB à campanha que vem sendo desenvolvida pela legalidade do PC.”

BAHIA MOBILIZADA

Dyneas foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Carrel Benevides, que propôs que a sessão de 20 de março seja dedicada à causa da legalidade do PC do B, com a participação da Comissão pela Legalidade. Ele participou ainda de dois debates, um deles em um programa da TV Amazonas (rede Bandeirantes), com mais de uma hora de duração, quando populares expressaram, por telefone, seu apoio à legalidade.

Na Bahia, é intensa a mobilização para o ato pela legalidade, dia 30 de março, no auditório do Colégio Icêia, cedido pelo governador João Durval a pedido dos deputados Luís Nova (PMDB) e Luís Eduardo Magalhães, líder do PDS na Assembléia Legislativa. Confirmaram presença na manifestação o ex-prefeito da capital, Mário Kertesz; o presidente do PMDB-BA, Marcelo Cordeiro; o presidente da Câmara Municipal, Ib Matos; o líder do PMDB na Assembléia, Galdino Leite; a líder do PMDB na Câmara de Salvador, Lídice da Mata; o deputado federal Haroldo Lima; o presidente da OAB-BA, Pedro Milton de Brito, entre outros.

Diversas caravanas do interior estão sendo organizadas. Diariamente são distribuídas convocatórias, colocados cartazes, realizadas pixações convidando os trabalhadores e o povo para o ato.

CRIATIVIDADE

Multiplicam-se as iniciativas engenhosas para propagar as idéias do PC do Brasil. Os goia-

nos estão vendendo um gibi ilustrado, com as propostas dos comunistas para o governo Tancredo e uma pequena história do Partido, cuja apresentação é feita pelo vereador Euler Ivo. A Câmara de Goiânia aprovou requerimento instituindo uma sessão em favor da legalidade de todos os partidos, dia 26 de março. A Comissão pela Legalidade está com um gabinete na Assembléia Legislativa, cedido pelo deputado Ronaldo Jayme (PMDB), onde centraliza os contatos com sindicalistas e parlamentares para o ato público do dia 1º de abril, com a presença de João Amazonas. Os gastos da preparação são cobertos com a venda de bônus, cartazes e do gibi com o programa mínimo.

No Rio Grande do Sul estão sendo ultimados os preparativos para um ato-show, dia 22, às 20 horas, na Assembléia Legislativa. Milhares de panfletos e cartazes foram distribuídos nos bairros e terminais de ônibus de vários municípios. Comícios-relâmpago se sucedem no centro de Porto Alegre e em portas de fábricas. Espera-se delegações de diversas cidades, inclusive distantes, como Passo Fundo, Santa Maria e Ijuí. Artistas, parlamentares, dirigentes sindicais e lideranças populares e democráticas já confirmaram sua presença. Após o ato, terá



Funcionários defendem seus empregos e lutam contra a liquidação do Banco

10 mil bancários do Sulbrasileiro em luta

Os funcionários do Sulbrasileiro, vindos de 300 municípios gaúchos e de alguns Estados do País, lotaram o auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, no último dia 10, para se posicionar contra a liquidação do Sulbrasileiro e em defesa de seus empregos. Os dez mil manifestantes finalizaram seu protesto em frente ao Palácio Piratini, após passeata pelas ruas de Porto Alegre, motivada por denúncia do jurista e ex-vereador peemedebista Paulo Brossard de uma iminente liquidação do Banco. O deputado Germando Rigotto, do PMDB, representando a Assembléia Legislativa, fez vibrante pronunciamento, denunciando a ação dos monopólios financeiros nacionais e multinacionais interessados em abocanhar o Sulbrasileiro e suas agências, assim como já fizeram com as cadernetas de poupança da instituição.

A manifestação teve o apoio de inúmeras entidades, como a Federação dos Bairros do Rio Grande do

Sul, o deputado Valdomiro Lima, presidente da Assembléia, o vereador André Forster, presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, de representantes de Câmaras de Vereadores do interior do Estado, Conclat, CUT, PMDB, PDT, PT, e até parlamentares do PDS. A CNBB enviou telegrama de apoio e foram muito aplaudidas as representações dos partidos mantidos na clandestinidade, entre elas a Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil.

Falando sobre o movimento dos bancários do Sulbrasileiro e Habitasul, que se mobilizaram desde o primeiro momento na defesa da garantia de emprego, o secretário do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luizinho, enfatizou que “a união dos funcionários a nível nacional é muito grande, com organização dentro das agências. O desenlace depende da continuidade da luta e da articulação e pressão junto ao governo”. A bancária Sinara Machado, funcionária do Sulbrasileiro

há sete meses, integrante da Comissão de Mobilização, afirmou que a manifestação foi um passo importante “para impedir a liquidação do Banco e, por decorrência, permitir a garantia de nossos empregos”.

As chefias apresentaram a proposta de que os funcionários participassem como acionistas do novo Sulbrasileiro, o que foi repudiado na Assembléia, uma vez que esta proposição nada dizia em relação ao emprego dos atuais funcionários ou dos bancários ligados à Crédito Imobiliária, já liquidada, ou mesmo sobre a caixa dos aposentados.

A luta dos funcionários do Sulbrasileiro deverá continuar até que se tome uma posição favorável à manutenção de seus empregos. Pelas faixas e palavras de ordem, eles esperam que com a posse de Tancredo Neves haja condições para encontrar rapidamente uma solução e para punir os responsáveis pela situação criada. (da sucursal)

todo o país. Nos outros Estados deverá haver mobilizações em busca da equiparação salarial com São Paulo.

Vários elementos do comando de greve reconhecem que o clima de mudanças políticas no país contribuiu muito para a vitória. Em 1979 houve uma pequena mobilização dos carteiros, causando muitas demissões. Segundo o carteiro Pedro Porcino, da comissão de negociação, “a partir da campanha das diretas nós vimos que o Brasil era outro. Em dezembro tivemos um encontro com o Tancredo Neves, para lhe entregar nossas reivindicações. A partir daí, o pessoal ficou mais confiante”.

José Américo Queiroz, o Alemão, monitor postal e um dos líderes dos carteiros, explica que na categoria “já existia um sentimento de revolta. Ninguém segurava. Com a paralisação, o pessoal foi aderindo naturalmente”. José Porcino diz que “depois de todos esses anos de arrocho, o trabalhador acordou. No correio tem salário de Cr\$ 260 mil, e imagine um pai de família ganhando isso e pagando Cr\$ 150 mil de aluguel”.

GRANDE EUFORIA

Existe uma grande euforia entre os funcionários da ECT de São Paulo, com a perspectiva de poderem atuar com mais liberdade em seus locais de trabalho e por já estar em formação a sua associação. Pedro Porcino ressalta: “Nós temos confiança no futuro, não somos daquele bando que diz que quanto pior melhor. Queremos sentir a liberdade que nós não vivemos nestes 20 anos”.

funcionários. Por outro lado, seus diretores se locupletavam com o dinheiro público. Um dos exemplos mais notórios foi o do presidente da EBCT, coronel Adwaldo Botto. O coronel, em 1980, gastou milhões de cruzeiros em medalhas de ouro e passagens aéreas por todo o país para seus apaniguados.

Entre os funcionários do Correio comentava-se que ali ainda se vivia como nos tempos do general Médici. Existia um clima de vigilância e delação constante sobre os carteiros. Um trabalhador da ECT explica que hoje a situação já mudou: “Quando começou a ascensão do governo democrático, começou a haver uma folga neste sistema repressivo”, diz ele.

Defesa da unidade vence na Conclat

O movimento sindical ganhou um novo impulso com a realização da Plenária Sindical Nacional nos dias 8 e 9 em Brasília. Convocado pela Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), o encontro reuniu 263 entidades sindicais e 563 participantes. Foram tiradas resoluções que reafirmam o espírito do Congresso de 1983, em Praia Grande.

Durante os dois dias os participantes travaram acirrados debates. Um dos temas mais polêmicos foi sobre a organização da Conclat. Setores ligados ao jornal *Hora do Povo*, aliados aos sindicalistas mais atrasados e imobilistas, defenderam a transformação da Conclat em Central Sindical, consolidando a divisão CUT-Conclat.

Contra esta tentativa levantaram-se a Contag e os setores mais combativos do movimento sindical. Apoiando-se nas decisões do Conclat de Praia Grande, em 1983, afirmando que ainda não se esgotaram os recursos para buscar a reunificação do sindicalismo brasileiro, este bloco progressista manteve a Conclat como uma articulação sindical aberta.

Outro ponto que envolveu calorosas discussões foi a posição do movimento sindical em relação ao governo Tancredo Neves. Numa demonstração de maturidade política, o plenário aprovou a elaboração de um plano de emergência a ser entregue ao novo presidente (veja o quadro).

Por último, o encontro decidiu convocar um Congresso Unitário do movimento sindical para março de 1986. Novamente os sindicalistas ligados ao *Hora do Povo* tentaram tumultuar a reunião. Histéricos, eles tentavam impor a realização do Congresso em novembro, surdos diante dos argumentos de que neste mês teremos eleições para prefeitos das capitais, e de que o espaço tão curto dificultaria as articulações para um Congresso de fato unitário — com participação de todas as correntes do sindicalismo.

O plenário deliberou ainda pela realização em setembro de um Encontro Sindical pela Constituinte. Nesta reunião os sindicalistas não se prenderão apenas em reafirmar as pré-condições para que esta Assembléia seja de fato livre e soberana, mas tratarão já dos temas concretos que desejam ver contemplados na próxima Constituição.

Uma novidade na reunião foi o ingresso da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) na Conclat. Os dirigentes da Confederação, que representa mais de mil sindicatos operários, informaram que já consultaram e receberam aprovação de mais de 40 das 60 federações ligadas à CNTI.



A reunião manteve o caráter aberto da Conclat aprovado em 1983

Plano de Emergência

A — Política Salarial e Emprego

1. Estabilidade no emprego. 2. Salário mínimo real, de acordo com os índices do Dieese.
3. Reajuste trimestral dos salários. 4. Jornada semanal de 40 horas, sem redução dos salários e sem hora-extra, respeitadas as conquistas anteriores.

B — Custo de Vida

Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

C — Previdência Social

1. Reajuste dos benefícios previdenciários iguais aos dos trabalhadores em atividade e revogação dos decretos-leis que permitem desconto nos proventos dos aposentados e pensionistas. 2. Extensão dos benefícios da Previdência Urbana aos trabalhadores rurais, de acordo com o projeto da CONTAG. 3. Restabelecimento dos órgãos paritários da Previdência Social.

D — Questão Agrária

1. Aplicação imediata do Estatuto da Terra, com a desapropriação das áreas em conflito; fim da violência no campo e punição dos criminosos. 2. Reforma Agrária ampla, massiva e imediata, com a participação dos trabalhadores rurais. 3. Política Agrícola voltada para o consumo interno e de apoio ao pequeno agricultor.

1. Plena liberdade e autonomia sindicais, preservando-se o princípio da unicidade. 2. Fim das intervenções nos sindicatos, anistia aos dirigentes sindicais cassados, liberação das cartas sindicais. 3. Reconhecimento e estabilidade das comissões de Empresa. 4. Direito de sindicalização para os servidores públicos da administração direta e indireta. 5. Readmissão imediata dos trabalhadores em empresas públicas, demitidos em razão de participação nas lutas políticas e sindicais. 6. Participação dos trabalhadores na administração dos fundos sociais (FGTS, PIS, PASEP, BNH, PREVIDÊNCIA SOCIAL) e nas empresas estatais, observados os critérios do Secretariado Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais.

E — Política Sindical

1. Plena liberdade e autonomia sindicais, preservando-se o princípio da unicidade. 2. Fim das intervenções nos sindicatos, anistia aos dirigentes sindicais cassados, liberação das cartas sindicais. 3. Reconhecimento e estabilidade das comissões de Empresa. 4. Direito de sindicalização para os servidores públicos da administração direta e indireta. 5. Readmissão imediata dos trabalhadores em empresas públicas, demitidos em razão de participação nas lutas políticas e sindicais. 6. Participação dos trabalhadores na administração dos fundos sociais (FGTS, PIS, PASEP, BNH, PREVIDÊNCIA SOCIAL) e nas empresas estatais, observados os critérios do Secretariado Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais.

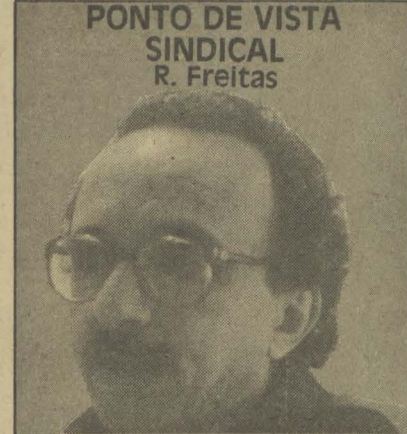
Preparar o Congresso Nacional e defender a unidade sindical

A plenária sindical em Brasília teve um saldo positivo. Reafirmou a Conclat como uma articulação sindical aberta e não permitiu a sua transformação artificial em uma Central Sindical. Convocou um grande Congresso Nacional unitário para março de 1986 e um Encontro Sindical pela Constituinte para setembro deste ano.

Agora os sindicalistas realmente interessados num sindicato forte e representativo devem envidar esforços para que este Congresso possa proporcionar a criação de uma grande central sindical unitária no país.

A elaboração do “programa emergencial” a ser apresentado ao presidente Tancredo Neves, contendo um elenco de reivindicações gerais e imediatas, foi outra importante vitória da reunião. Conseguiu-se resumir bastante a longa pauta de reivindicações, fruto de outros congressos e reuniões inter-sindicais, sintetizando-as em 5 itens englobando 17 reivindicações.

Esse programa terá a função de bússola orientadora da atividade sindical nos próximos meses e, para ser vitorioso, deverá



ser fator de mobilização e luta das massas sindicalizadas ou não. Dentre os pontos aprovados, destacam-se: estabilidade no emprego por um ano, jornada de trabalho de 40 horas semanais — sem redução de salários e sem horas extras —, reajuste trimestral de salários com base no INPC integral, direito às comissões de empresa, liberdade e autonomia sindicais.

Após aprovar este plano e programar um elenco de atividades para implementar a sua aplicação, a Conclat enveredou pelo caminho de seu fortalecimento e fortalecimento político. A crise

da Conclat não se deve ao fato de ela não possuir a estrutura e as instâncias burocráticas de uma Central Sindical e sim à sua passividade e inoperância política. No atual quadro de divisão do movimento sindical, em que ainda não foram esgotados todos os recursos da reunificação, a formalização de uma central por parte da Conclat não a retiraria da passividade, mas cristalizaria de vez a divisão.

A convocação do encontro pela Constituinte em setembro será também um elemento de aglutinação da atividade sindical no plano político. O processo de preparação desta reunião exigirá intenso trabalho de mobilização e elaboração de propostas. Ou seja, de um lado garantir a participação massiva e democrática do movimento sindical. De outro, apresentar, de forma sistemática, as opiniões dos trabalhadores acerca de questões que lhes interessam de perto, tais como liberdade e autonomia sindicais, direito de greve, entre outros, que devem ser aprovados pela Constituinte.

Período negro na ECT

Apesar da imagem de eficiência criada pelo Correio nos últimos anos, uma outra imagem, a da opressão aos funcionários da ECT, não era niostada. Após o golpe de 1964, os militares passaram a manter a Empresa de Correios e Telégrafos sob controle rigoroso, transformando-a num cabide de emprego para generais e coronéis. Os organismos de informação atuavam ostensivamente em seu interior, censurando e violando correspondências.

Em sua paranóia antidemocrática, logo após 1964 os militares divulgaram que existia nos correios uma central de informações comunista que controlava o país. Estas falsas informações serviam para acobertar demissões e punições a seus

Vitória dos professores mineiros

No dia 11, pela manhã, mais de 10 mil professores da rede particular de ensino de Minas Gerais paralisaram suas atividades. As 19 horas, o Tribunal Regional do Trabalho anunciava a conquista pela categoria de INPC integral, piso salarial, estabilidade por um ano, quinquênio, adicional por excesso de alunos etc. A greve foi considerada legal. E foi vitoriosa!

A vitória foi o resultado de uma longa e preparada campanha salarial. Desde outubro de 1984, o Sindicato dos Professores tentava negociar com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (patronal) a Convenção Coletiva de 1985. Os patrões recusaram-se a discutir as reivindicações e no dia 22 de janeiro instauraram dissídio na Justiça.

Além de recusarem o conjunto das reivindicações dos mestres, os proprietários de escolas ainda exigiam a extinção de praticamente todos os direitos da categoria — alguns deles conquistados há mais de 20 anos!

CENÁRIO DIFERENTE

Em assembléia dia 23 de fevereiro, mais de 600 professores decidiram pela greve geral a partir do dia 11 de março, caso o sindicato patronal não arredasse pé de sua intransigência até o dia 6 desse mês. Iniciaram, então, o trabalho de esclarecimento da comunidade sobre seu movimento. Em apenas uma semana, mais de 150 notas foram distribuídas aos pais e alunos, deixando claro: “Nenhuma categoria jamais barganha aquilo que já lhe pertence. Nossos direitos não estão à venda”.

Um “fundo de greve” foi criado. Findo o prazo concedido pelos profes-

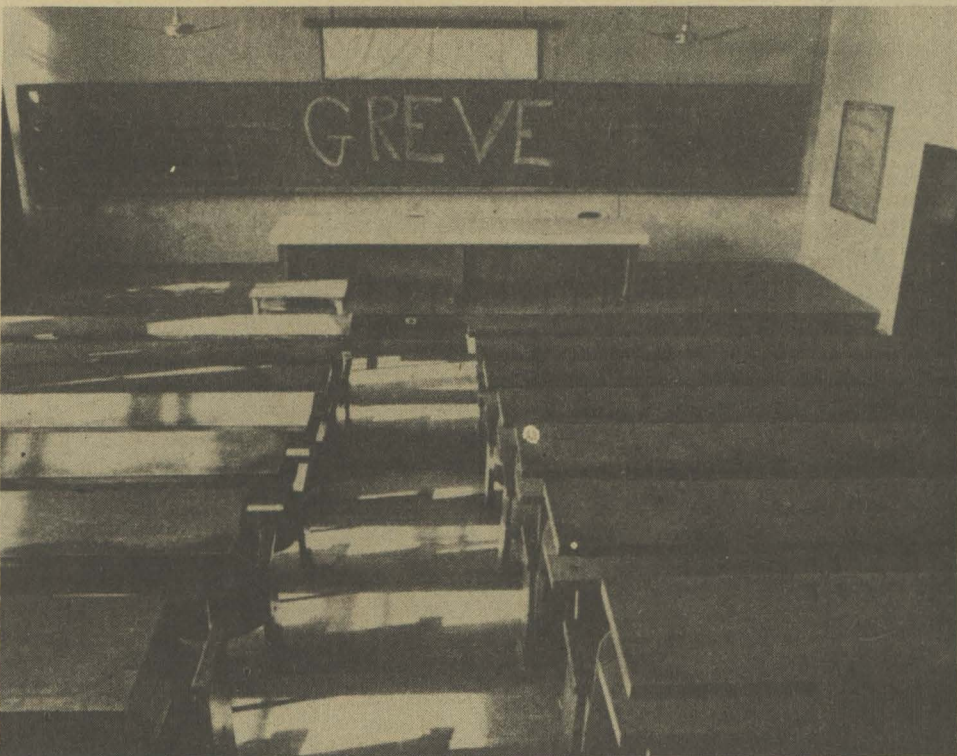


Foto: Alberto Fonseca

Unidade e organização dos professores garantiram as salas de aula vazias

sores, o sindicato patronal recrudescu ainda mais sua inflexibilidade. No dia 9 de março, nova assembléia tratou da organização dos professores em regionais de trabalho e definiu os rumos da greve.

Belo Horizonte amanheceu o dia 11 de março com um cenário bastante diferente nas portas das escolas. De um total de 10 mil professores da rede particular da cidade, 8 mil deixaram de lecionar suas matérias habituais para ensinarem novas lições: de organização, de unidade. Mais de 100 escolas fecharam suas portas. Em Montes Claros e Ibirité também houve paralisações. Em praticamente todas as cidades realizavam-se reuniões preparando a greve para o dia seguinte. Os três andares do Sindicato dos Professores eram pequenos para o imenso

afluxo de grevistas que chegavam a todo momento.

O apoio popular foi instantâneo. Uma “Comissão de Pais de Alunos da Rede Particular de Ensino” levou seu apoio imprescindível aos docentes. Os estudantes divulgaram nota assinada pela UNE, UBES, UEE-MG, UMES-BH, DCE-PUC e vários diretórios acadêmicos, expressando “total e irrestrito apoio ao movimento”. Conta David, diretor da UBES, que, “em alguns colégios, os estudantes inclusive organizaram piquetes”.

Às 16h30m iniciou-se o julgamento do dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho e, em seguida, foi julgada a legalidade da greve. Mais de 300 professores acompanhavam aten-

tamente todo o processo. Item por item, as reivindicações dos mestres foram sendo aprovadas, sob o olhar raioso do representante patronal, Roberto Dornas.

SALDOS DA VITÓRIA

Numa última e desesperada tentativa de desmoralizar o movimento dos professores, o próprio Dornas (presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e do sindicato de Minas) defendeu da tribuna a ilegalidade da greve. Mas ela foi considerada legal por 12 votos a um.

Como saldo desta grande vitória, os professores encerraram a paralisação. Sairam mais fortes, mais conscientes e mais organizados deste embate. No dia 12, realizaram uma grande assembléia para comemorar a vitória e demonstrar que continuam unidos e mobilizados na defesa de seus interesses e na luta por uma educação melhor. (da Ducursal)

Leia e assine a

Tribuna Operária

Veja cupom de assinatura na página 9

Apanhadores de algodão de Goiás obtêm conquistas

Terminou vitoriosa, dia 11, a greve dos apanhadores de algodão de Morrinhos, Piracanjuba e Goiátuba, em Goiás. A greve durou três dias e conquistou todas as reivindicações dos trabalhadores.

“Aumento pra quê? Vocês estão acostumados a passar fome mesmo.” Esta foi a resposta de um “gato”, quando os apanhadores de algodão foram reclamar do baixo preço de seu trabalho (Cr\$ 2 mil por arroba). Isto os deixou revoltados e foi a fagulha que acendeu o estopim da greve.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos organizou e participou de todos os piquetes. Não houve fura-greve. Segundo o secretário do Sindicato, José Albino, “o grau de exploração a que os trabalhadores estão submetidos força eles à luta”. O diretor da Fetaeg, Divino Goulart, destacou que “a vitória dessa greve serviu para fortalecer o Sindicato e o movimento sindical como um todo. Até o número de sindicalizados aumentou com o movimento”.

Os trabalhadores conquistaram aumento no preço da arroba de algodão colhido para Cr\$ 3 mil; transporte gratuito, coberto e com bancos; pagamento semanal; sacola de panha gratuita (estava sendo vendida ao trabalhador a Cr\$ 12.500); não-demissão de nenhum grevista. (Da sucursal)

Metalúrgicos de estatais em campanha salarial

Duas das maiores metalúrgicas baianas, as estatais Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba) e Caraíbas Metais, reunindo cerca de 6 mil operários, estão em campanha salarial. Na Usiba a data-base é 1º de abril. As negociações estão difíceis. A empresa não aceita a presença de seis de seus operários acompanhando a diretoria do Sindicato na mesa de negociação. Os diretores da Usiba haviam concedido estabilidade para a comissão de negociação por um ano, mas voltaram atrás e reduziram o prazo para seis meses.

Os metalúrgicos já atrasaram o início do serviço em determinados dias e realizaram greve de fome — deixando de almoçar — para vencer a intransigência patronal. São realizadas assembléias na porta da siderúrgica, sob a vigilância de viaturas da polícia militar. O representante da Usiba nas negociações é o truculento coronel do Exército, Jairo Braga.

Também na Caraíba Metais a campanha salarial foi antecipada, pois o acordo tem vigência até setembro próximo. Os operários reivindicam 100% do INPC a partir de 1º de março, além de outras exigências. Igualmente neste caso a empresa está intransigente. (Renildo Souza, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia)

Alagoanos querem indicar homens para 2º escalão

As entidades sindicais alagoanas organizaram-se para intervir na escolha dos nomes para cargos no segundo escalão do governo federal no Estado. Amplas e participativas reuniões foram realizadas para a elaboração de listas com os nomes que o movimento sindical considera mais aptos para ocupar os cargos federais. Na área de Saúde, 10 entidades discutiram sugestões de nomes para a direção estadual da Superintendência Regional do Inamps, INPS, Funrural, Iapas, LBA, Sucam, Delegacia Federal de Saúde, Fundação SESP etc. As listas de nomes foram encaminhadas a todos os partidos, especialmente à bancada do PMDB na Câmara Federal.

Na área de Educação, entidades de professores e de estudantes chegaram a nomes consensuais para as direções da Delegacia Regional do MEC, do Projeto Rondon, para reitor da UFAL, etc.

Também a escolha do novo delegado regional do Trabalho foi bastante discutida entre os sindicalistas. Outras áreas do movimento popular alagoano estão igualmente mobilizadas para influir na escolha dos nomes para cargos federais. A Federação das Associações de Moradores, por exemplo, quer intervir na indicação dos cargos de chefia do BNH em Alagoas. (Da sucursal)

UJS em campanha por emprego aos jovens

A União da Juventude Socialista (UJS) prepara-se para lançar campanha a nível nacional tendo por tema “Emprego, esporte e cultura para a juventude”. A *Tribuna Operária* entrevistou Aldo Rebelo, coordenador-geral da UJS, que explicou a importância desta campanha para os jovens, uma das quatro deliberações aprovadas no Congresso realizado em Curitiba.

TO: Qual a razão deste tema “Emprego, esporte e cultura”?

Aldo: A realidade mostra que a nossa juventude está desempregada, não tem acesso à prática do esporte, nem meios de desfrutar dos bens culturais na sociedade. O desemprego é grande em nosso país, mas proporcionalmente é muito maior entre a juventude. Há milhões de jovens que engrossam o quadro estorpecido de desemprego no Brasil.

Nosso país conquistou uma mingua medalha de ouro nas últimas olimpíadas, em que pese a opinião do nosso chefe de delegação olímpica de que nosso desempenho esteve acima das expectativas. Eis a demonstração irresponsável de que nossa juventude não pratica esporte.

Mais da metade das cidades brasileiras não tem sequer um único cinema ou teatro. Os grandes empreendimentos musicais dirigidos para a juventude privilegiam a música estrangeira de péssima qualidade, enquanto nossos artistas ficam longe de seu público maior que são os jovens. Os cinemas

existentes estão repletos de pornochanchadas, que deformam política e moralmente nossos jovens.

A razão de incluirmos a cultura como um dos temas da campanha é para que a juventude não só tenha acesso à cultura, como tenha também nela um fator de educação e formação dentro da realidade do nosso país e da cultura do nosso povo.

TO: De que maneira está sendo preparada esta campanha?

Aldo: A campanha será lançada a nível nacional em todos os Estados, municípios e bairros onde existam núcleos da União da Juventude Socialista. Haverá um cartaz nacional unificado para a campanha, juntamente com camisetas, adesivos e outras formas de divulgação. Para o seu lançamento procuraremos o apoio de outras entidades da juventude, dos sindicatos, dos partidos políticos, de entidades ligadas ao esporte e à cultura.

TO: A UJS espera algum resultado prático imediato da campanha?

Aldo: Não só espera esses resultados como já orienta iniciativas e for-

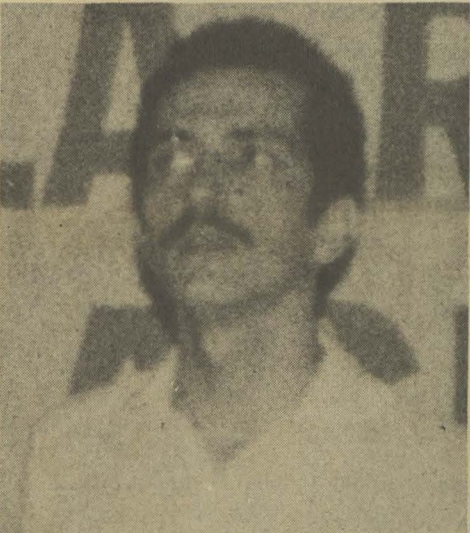


Foto: Cesar Diniz

Aldo: “A juventude está desempregada”

mas de obtê-los. Batalharemos para que nos bairros a juventude desenvolva reivindicações junto às prefeituras e a outros órgãos da administração para conseguir quadras de esporte, campo de futebol e construção de casas de espetáculo onde possam ser realizados *shows* e peças de teatro, por exemplo.

TO: No congresso de Curitiba a UJS deliberou para este ano uma meta de 50 mil filiados. Como pretendem alcançar este objetivo?

Aldo: É um desafio que pensamos vencer aproveitando o momento favo-

Mulheres comemoram 8 de Março em várias cidades

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, foi comemorado festivamente em diversas cidades do Brasil. Em Maceió, uma multidão de quase 5 mil pessoas participou de um comício-show promovido pela União de Mulheres de Maceió. Grupos de canto e dança, folclóricos, cantadores e ins-

trumentistas animaram a festa, que contou também com a presença de parlamentares, sindicalistas e personalidades alagoanas.

Em São Paulo, na manifestação realizada na Praça da Sé, com quase 1.500 pessoas, a tônica principal foi a participação da mulher na Constituin-

te. Representantes das entidades femininas e dos partidos políticos se pronunciaram ressaltando a importância da presença das mulheres na luta por uma sociedade mais justa.

No Rio Grande do Sul, várias cidades assinalaram a passagem do 8 de Março. Em Porto Alegre houve um ato-show na Praça da Prefeitura, com destaque a peça “Maria Ninguém”, apresentada pela União de Mulheres do Partenon. Em Caxias do Sul foram promovidos debates e uma exposição em praça pública. Em Passo Fundo e Erechim, as trabalhadoras rurais realizaram encontros com cerca de mil mulheres em cada um.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

As baianas saíram às ruas de Salvador exigindo o fim da discriminação e da violência. Às 14 horas houve uma sessão especial na Câmara Municipal com o tema “Mulher e Constituinte”. Em Fortaleza foi realizado um ato-show na Praça do Ferreira, promovido pelo Centro Popular da Mulher. Vários painéis abordavam temas da atualidade relacionados com a mulher. Em Pacajus, a 49 quilômetros da capital cearense, as mulheres realiza-

ram uma passeata — fato inédito na cidade — e à noite houve um ato em praça pública, organizado pelo Centro Popular da Mulher.

Com muita disposição de luta, cerca de 500 mulheres comemoraram o seu dia com uma passeata pelo centro do Rio de Janeiro. A manifestação contou com a presença organizada de mulheres bancárias, metalúrgicas, professoras, advogadas, parteiras, moradoras de bairros e favelas e da baixada fluminense. No dia 3 foi fundada a Associação Liberdade Mulher.

Em Belo Horizonte realizou-se uma assembléia popular dia 9, na Faculdade de Medicina, promovida pelo Movimento Popular da Mulher. Cerca de 300 mulheres, de 15 bairros, estiveram presentes e uma delas afirmou: “Eu nunca vou deixar de participar desse movimento, porque aqui a mulher tem valor”.

No dia 10, em Goiânia, com a presença de 150 pessoas, foi criado o Centro Popular da Mulher. No ato de fundação prestou-se homenagem a três mães que se destacaram pela coragem ao enfrentar a repressão: dona Santa, dona Margarida e dona Neném. (Das sucursais)



As mulheres de Maceió foram às ruas no 8 de Março para comemorar o seu dia.

Johann Sebastian Bach

Três séculos de harmonia

Há 300 anos — no dia 21 de março de 1685 — nasceu em Eisenach, Alemanha, o compositor Johann Sebastian Bach. Seus trabalhos até hoje exercem influência na produção musical de todo o globo, e são constantemente executados em concertos sinfônicos e gravações de discos. O professor de música Martin Weichert escreveu, para a T.O., esta pequena biografia de Bach:

A produção musical conhecida de Bach foi anotada em cerca de 60 livros pelo compositor, e atualmente está registrada em mais de 200 discos. Mas na verdade várias de suas composições foram perdidas ou sequer foram registradas. Muitas de suas peças só foram

executadas uma única vez. Mesmo assim, Johann S. Bach foi bem conhecido na sua época — e não só por reis e senhores feudais, mas também pelo povo. Após sua morte, em 1750, foi relegado ao esquecimento. Apenas em 1829 suas composições voltariam a ser

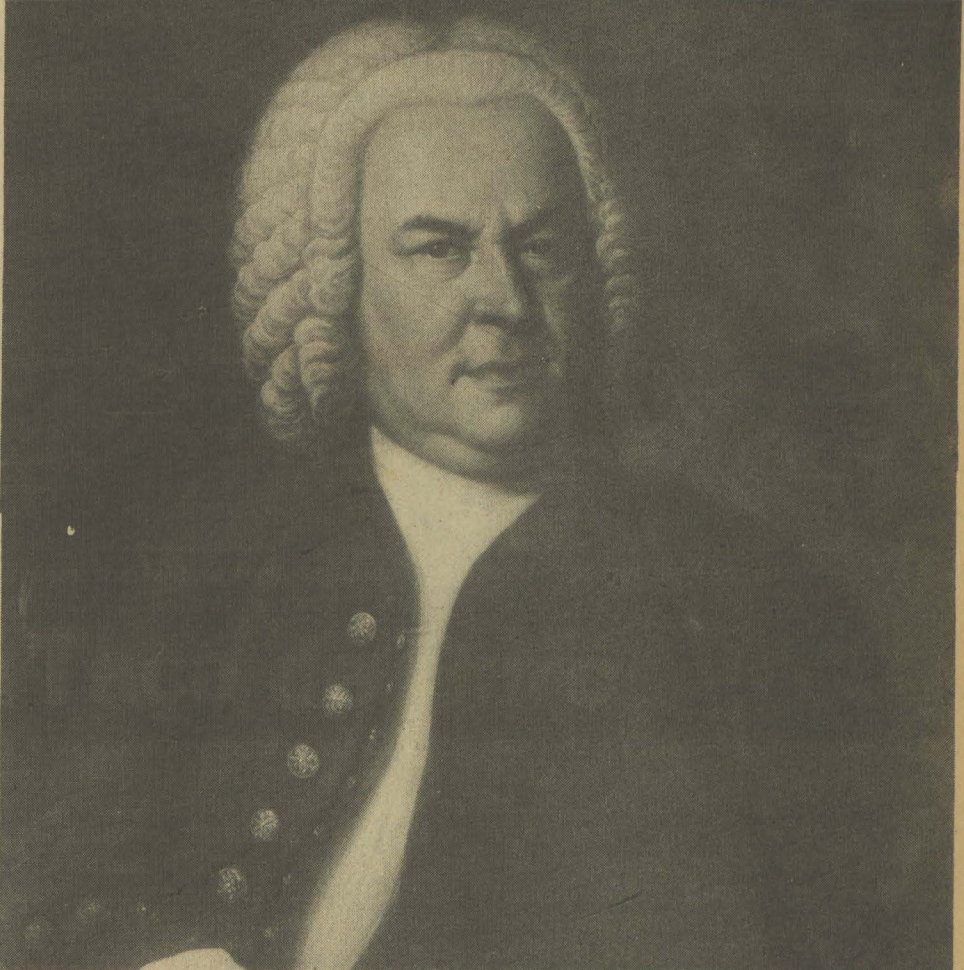
executadas, quando o compositor Mendelson teve contato com sua obra. A partir de então, espalhou-se por todo o planeta.

Johann não era rico. Seus ancestrais eram padeiros. Seu pai foi também um músico, porém morreu quando Johann era ainda garoto. Teve, então, de trabalhar para garantir o próprio sustento. Era um período de muita guerra e muita pobreza para os camponeses. A Alemanha estava dividida por cerca de 2 mil feudos — a maioria sem peso político.

Os senhores feudais, contudo, investiam numa representação cultural bastante dispendiosa. Chegavam a vender camponeses como soldados para o exterior, e assim garantir o fausto de seus castelos.

Bach aproveitava-se dessa situação para arranjar espaço para desenvolver seu trabalho. Procurava vencer todos os obstáculos para dedicar-se à música. Certa feita, fez a pé uma viagem de 350 km para encontrar-se com um músico de prestígio, e ausentou-se do feudo em que residia por quatro meses! Aos 30 anos, sentiu-se injustiçado pelo tratamento que recebia do senhor feudal. Protestou. Mas o tratamento não melhorou. Pelo contrário, Johann Sebastian foi preso por quatro semanas, em represália pelas queixas que apresentou.

Calcula-se que Bach compôs mais de 1.000 peças. Suas composições eram apresentadas nas igrejas, e todo fim de semana ele apresentava uma peça nova. Ao contrário de seus contemporâneos músicos, não produzia variantes de suas próprias composições, mas procurava novas melodias, novas harmonias.



Bach: mesmo enfrentando dificuldades econômicas, compôs mais de mil peças

TRABALHO SOLITÁRIO

O período em que viveu Bach foi de grandes cismas na igreja. As várias facções religiosas organizavam-se e lutavam umas contra as outras. O compositor não entendia a natureza dessas disputas, e chegou a criar uma Missa em Si-Menor que buscava expressar a união de todas as igrejas.

Mesmo com idade avançada, Bach procurava inovar na sua criação artística. Muitas vezes trabalhou com uma combinação abstrata de números para dali tirar novas peças musicais. O resultado foi uma variedade fantástica de harmonias e melodias.

Seu trabalho foi solitário. Nunca contou sequer com um secretário que transcrevesse para a pauta os seus ma-

nuscritos. Chegou a trabalhar à luz da lua, por não ter com o que comprar um toco de vela que lhe iluminasse o gabinete de trabalho. Com suas composições, garantia o seu sustento, o da esposa e o de seus 20 filhos — seis deles, também compositores. Nada deixou para a família. Sua esposa foi forçada a pedir esmolas para sobreviver, após sua morte.

A criação musical de Johann Sebastian Bach, contudo, venceu as adversidades e conquistou o mundo. A riqueza melódica de suas peças inspira os trabalhos de músicos das mais variadas tendências. Do jazz norte-americano às canções dos Beatles, como “Yesterday”. (Martin Weichert)

Bach na música brasileira

A riqueza das melodias de Bach atingiram também a música brasileira — popular e erudita. O compositor Heitor Villa-Lobos realizou inclusive um conjunto de músicas sob influência direta do compositor alemão, a que chamou “Bachianas”. Segundo o maestro Samuel Kerr, “Villa-Lobos fez a fusão da técnica de contraponto de Bach com a música folclórica brasileira em suas nove ‘Bachianas’”. Cada ‘Bachiana’ é dividida em partes — como as suítes de Bach — e leva dois títulos: um emprestado dos títulos de Bach (Prelúdio, Giga, Tocata, Ária, etc.), e outro bem brasileiro (Modinha, Embolada, Conversa, etc.).

O maestro cita o caso de uma Bachiana bem conhecida, o Trenzinho Caipira — também chamada Tocata. “Essa obra Villa-Lobos imaginou durante uma viagem de trem no interior de São Paulo, em 1931. Ele escreveu para orquestra sinfônica, mas usou instrumentos bem brasileiros, como o ganza, o reco-reco, o chocalho, na obra.”

Samuel Kerr considera Bach como um dos grandes nomes do Barroco na música. “Existe um paralelo entre o agrupamento instrumental da música popular hoje e o agrupamento do Barroco. A base da estrutura musical é o teclado e o baixo (no caso do Barroco, o baixo contínuo). Talvez essa seja uma das causas do fascínio do Barroco nos nossos dias.”

O maestro Roberto Casemiro vê a influência de Bach também na obra de Tom Jobim, de Edmundo Vilane Cortês (Choro a duas vozes), e no “Samba em Prelúdio”, de Vinícius de Moraes e Baden Powell (“Eu sem você, não tenho por quê. Porque sem você, não sei nem chorar”, etc.), inspirado na “Oferenda Musical”, de J. S. Bach.

“A obra de Bach tem grande influência na atualidade”, conta o maestro Casemiro. “No caso do jazz, trompetistas e pianistas gostam de executar trechos de peças de Bach. Existe inclusive um grupo, Les Single Singers, que gravou trechos de Bach em estilo de jazz. Na música brasileira, a influência da obra do compositor alemão é muito

forte em Villa-Lobos, em Camargo Guarnieri, que se apegam principalmente no tratamento do contraponto e da harmonia. No caso de Tom Jobim, podemos notar a influência principalmente no tratamento do violão. Aliás, violonistas como Paulo Tapajós, Paulo Nogueira, etc., vêm na obra de Bach uma de suas fontes de inspiração.”

O maestro Roberto Casemiro destaca também que os corais de tradição luterana recorrem com bastante frequência às peças de Johann Sebastian Bach para a formação de seus repertórios. “É o caso da música conhecida como ‘Jesus, Alegria dos Homens’, muito executada nas igrejas — inclusive em cerimônias de casamento. Talvez esta seja uma das mais conhecidas obras de Bach no Brasil.”

(Carlos Pompe)



Vinicius e Baden Powell: influência de Bach no “Samba em Prelúdio”



Beatles: também no rock, seguindo os passos do compositor barroco alemão

Tristeza e mediocridade na Taça de Ouro

Terminado o primeiro turno da primeira fase da Taça de Ouro, a principal constatação é a de que tudo mudou para que tudo permanecesse da mesma forma. Em 1984, a Confederação Brasileira de Futebol, de acordo com as pressões de cada momento, divulgou diversas fórmulas para a Taça de Ouro. Prevaleceu uma daquelas maracutaia que adoçam o bico da maioria dos caciques do futebol e funde a cuca do infeliz torcedor que ainda

insiste em acompanhar a vida desse esporte decadente.

Na primeira fase os clubes foram divididos em quatro chaves. Duas delas formadas pelas equipes fortes, listadas em função da campanha que desenvolveram nos 15 anos de existência da competição. Nas outras duas, ficaram as equipes de índice técnico mais modesto. Com isso, a CBF pretendeu diminuir os prejuízos dos grandes clubes de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e

Porto Alegre, uma vez que os confrontos entre eles teriam mais condições de atrair bons públicos para os estádios. Para as fases seguintes, classificaram-se os quatro primeiros de cada chave. Novamente a ganância dos cartolas colocou dois terços dos clubes inativos durante metade do torneio.

E os critérios de classificação também não poderiam deixar de ser os mais estranhos e confusos. Garantem

a vaga para a segunda fase os campeões do primeiro turno de cada chave, os campeões do segundo turno e os dois melhores classificados durante os dois turnos. Por esta via, uma das equipes que tenha vencido um dos turnos, ainda que quinta ou sexta colocada no cômputo geral, passa para a fase seguinte. Ponte Preta e Bangu terminaram o primeiro turno empatados em tudo. O regulamento da CBF não previa esta hipótese e lá foram para o

saco de pedrinhas numeradas, especialidade do presidente do Bangu, o bicheiro Castor de Andrade.

E, para perplexidade geral, a tevê, nas chamadas publicitárias de suas transmissões, afirma que este é o maior campeonato do mundo. O torcedor ri do nostálgico exagero. E os jornalistas arrancam os cabelos por não saberem mais em que termos comentar tanta tristeza e mediocridade. (Jessé Madureira)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
CEARÁ - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro - telefone 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Folha de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100.
Ceará Filhos: Praça 7 de Setembro, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96, CEP 47-500.
SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro. CEP 40-000.
Santos Filhos: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes), CEP 43-700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60-000

Tribuna Operária

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro. CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz

de Fora: Galeria Constança Valadas, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993, CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 56100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428, CEP 80000. Fone: 234-7484. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar. CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista.

andar, sala 3, CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1599, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábado das 9 às 12 horas.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 908 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, 2246, sala 4, Centro. CEP 26000.
SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 5 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 28, 2º andar, sala 12 - CEP 09000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220, CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pasteio, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúss, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	☐	Cr\$ 70.000,00
Anual popular (52 edições)	☐	Cr\$ 35.000,00
Semestral (26 edições)	☐	Cr\$ 32.800,00
Semestral popular (26 edições)	☐	Cr\$ 16.400,00
Anual para o exterior (em dólares)	☐	US\$ 70,00

NOME: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____ CEP: _____
ESTADO: _____
PROFISSÃO: _____ DATA: _____

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!

Tribuna Operária
300 PMs caçam posseiros no Pará

Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.

A vida amarga do subempregado

Sebastião Bezerra da Silva, 38 anos de idade, trabalhou durante seis anos como encarregado de armador de ferragens em grandes empresas do setor, como a Spenco e a Depana. Demitido em junho de 1982, durante a onda de desemprego na construção civil, nunca mais encontrou emprego na sua especialidade. Hoje é ambulante; vende alho nas praças públicas.

Outro que vive de "marretar" alho é José Celestino da Silva, 52 anos. Após trabalhar 26 anos como metalúrgico, Celestino foi dispensado e devido à idade avançada não encontrou mais trabalho fixo. Apesar de ser um prestatário com larga experiência, já tendo trabalhado na Ford e nas Máquinas Piratininga, atualmente é obrigado a sobreviver de "bicos".

Situação ainda mais revoltante é a do metalúrgico José Batista dos Santos, de 34 anos. De torneiro-mecânico ele passou a sorveteiro. Durante oito anos trabalhou na General Elétric de Santo André, até que sofreu um acidente no torno, que mutilou seu braço direito. "Como um operário especializado pode virar vendedor de sorvetes? Isto só ocorre no Brasil... Eu me sinto rebaixado, pisoteado", diz Batista.

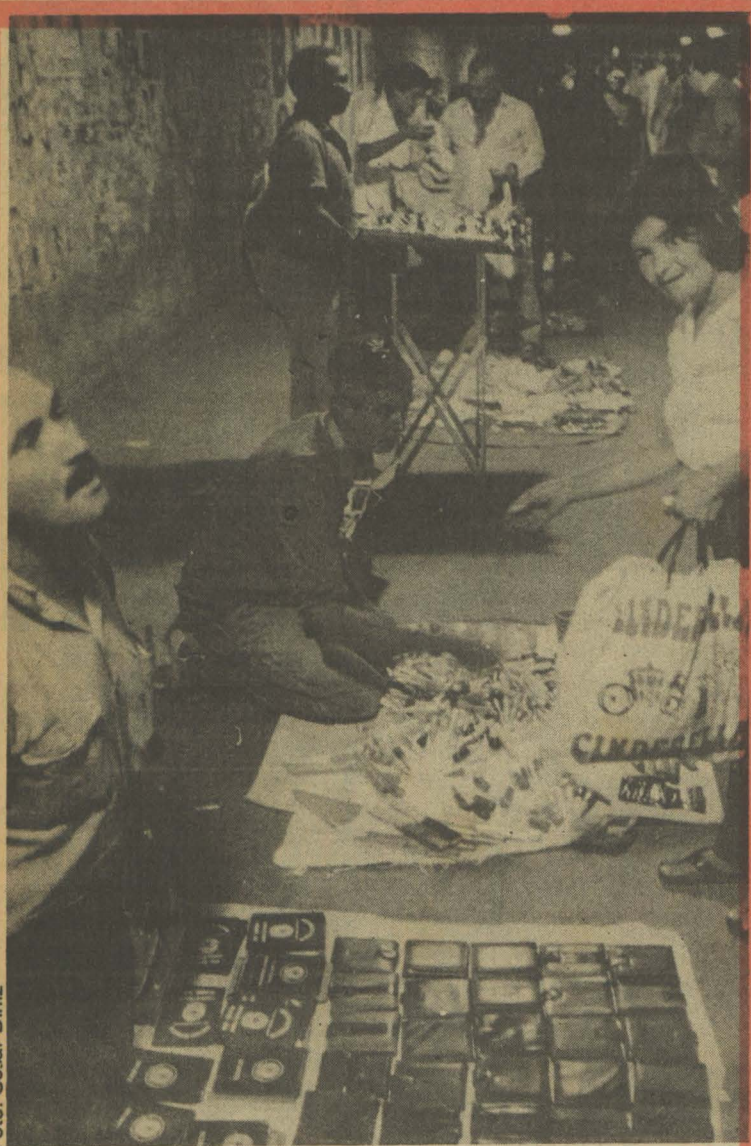


Foto: Cesar Diniz

Túnel da estação em Santo André: o mercado dos marreteiros

Abandonando a profissão

A cada ano que passa é visível o aumento do número de pessoas que sobrevivem fazendo "bicos", trabalhando como marreteiros ou serventes de pedreiro. Atingidos em cheio pelo desemprego, fruto da política recessiva do regime militar, milhares de trabalhadores foram obrigados a abandonar suas profissões e vegetar no chamado "mercado informal".

As próprias estatísticas oficiais, apesar de confusas, atestam esse crescimento vertiginoso. Segundo os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio), enquanto a população economicamente ativa do país cresceu 9,7% de 1979 a 1983, o número de trabalhadores "por conta própria" aumentou 13,9%. Ou seja: nestes quatro anos passou de 9,6 milhões para 11 milhões de pessoas que vivem de "bicos", sem registro em carteira e sem qualquer proteção trabalhista.

Outras pesquisas demonstram que o trabalhador resiste muito até abandonar sua profissão. Estudo do Dieese/Seade mostrou que o desempregado gastou em média de sete a oito meses na procura de um novo em-

prego em São Paulo, de novembro a janeiro deste ano. Só depois de esbarrar em dezenas de placas de "não há vagas" é que ele optou pelo "bico", como única forma de sobrevivência. A resistência em viver como ambulante não é para menos: além de não possuir nenhuma segurança, o marreteiro recebe em média abaixo de dois salários mínimos por mês. Segundo o PNAD, 73,4% dos "autônomos" ganham abaixo de Cr\$ 330 mil mensais.

Ao preservar-se a política recessiva, imposta pelo FMI, a expectativa destes milhões de "ambulantes" não é das melhores. A oportunidade de emprego fixo, no chamado "mercado formal" vem diminuindo. Segundo dados do próprio Ministério do Trabalho, de fins de 1980 até início de 1984, cerca de 5 milhões de brasileiros que chegaram ao mercado de trabalho não encontraram emprego. Além disso, milhares de trabalhadores perderam os empregos que tinham, foram demitidos. Mesmo que a economia voltasse a crescer a índices elevados de 5% ao ano, só em 1993 o país recuperaria o nível de emprego registrado 13 anos antes.

"Tive de apelar para o 'bico' porque não podia deixar os filhos passando fome"

Estes três casos ilustram bem a situação de milhões de trabalhadores brasileiros que, sem emprego fixo, são obrigados a viver como ambulantes, sujeitando-se a rendimentos inferiores, à subutilização de sua capacidade profissional e a uma vida sem qualquer proteção trabalhista. Hoje eles lotam as principais praças de São Paulo, transformando-as em mercados caóticos; bloqueiam a entrada das grandes fábricas; aos berros, vendem suas mercadorias, desde o alho até a cartilha de tabuada.

Todos os entrevistados, sem exceção, só ingressaram no chamado "mercado informal" por imposição da crise capitalista e da política econômica recessiva dos generais. "Eu tive de apelar para o bico porque tenho três filhos menores e uma mulher para alimentar", conta Sebastião. Durante seis a sete meses ele ainda procurou um novo emprego no setor, "engrossando filas de mais de 100 metros nas fábricas", lembra. Mas nunca encontrou vaga. Na ocasião em que achou

uma, a empresa não o quis admitir porque ele era encarregado e tinha um salário razoável registrado na carteira. "Durante este período eu vivi da indenização da firma. Até que não deu mais e eu tive que apelar, tive que me rebaixar."

Já Celestino começou a marretar imediatamente após ter sido demitido da União Ribet, em outubro de 1981. "Eu já estou velho, não encontro trabalho fácil. Ainda tentei um pouco, mesmo que fosse um emprego de favores, só para ver se conseguia a aposentadoria. Afinal, eu já trabalhei 26 anos e tenho direito à aposentadoria", conta Celestino. Sua sorte é que ele não tem mais filhos para cuidar. Dos quatro que tem, três já se casaram e a menor trabalha e ajuda nas despesas da casa. "Se eu tivesse que manter os filhos, com os Cr\$ 400 mil que recebo no bico, desapareceria da vida", afirma Celestino.

O jovem Plácido José de Brito, de 28 anos, não teve essa sorte. Ele trabalhava como montador de móveis em São Caetano do Sul e foi dispensado em julho de 1983. Após vários meses à procura de um novo emprego, comprou um carrinho de madeira e atualmente vive de vender pipoca e doces na estação de trem de Santo André. O subemprego, que lhe rende mensalmente cerca de Cr\$ 400 mil, gerou uma grande



Foto: Cesar Diniz

José Batista: "de torneiro-mecânico virei sorveteiro. Fui rebaixado"

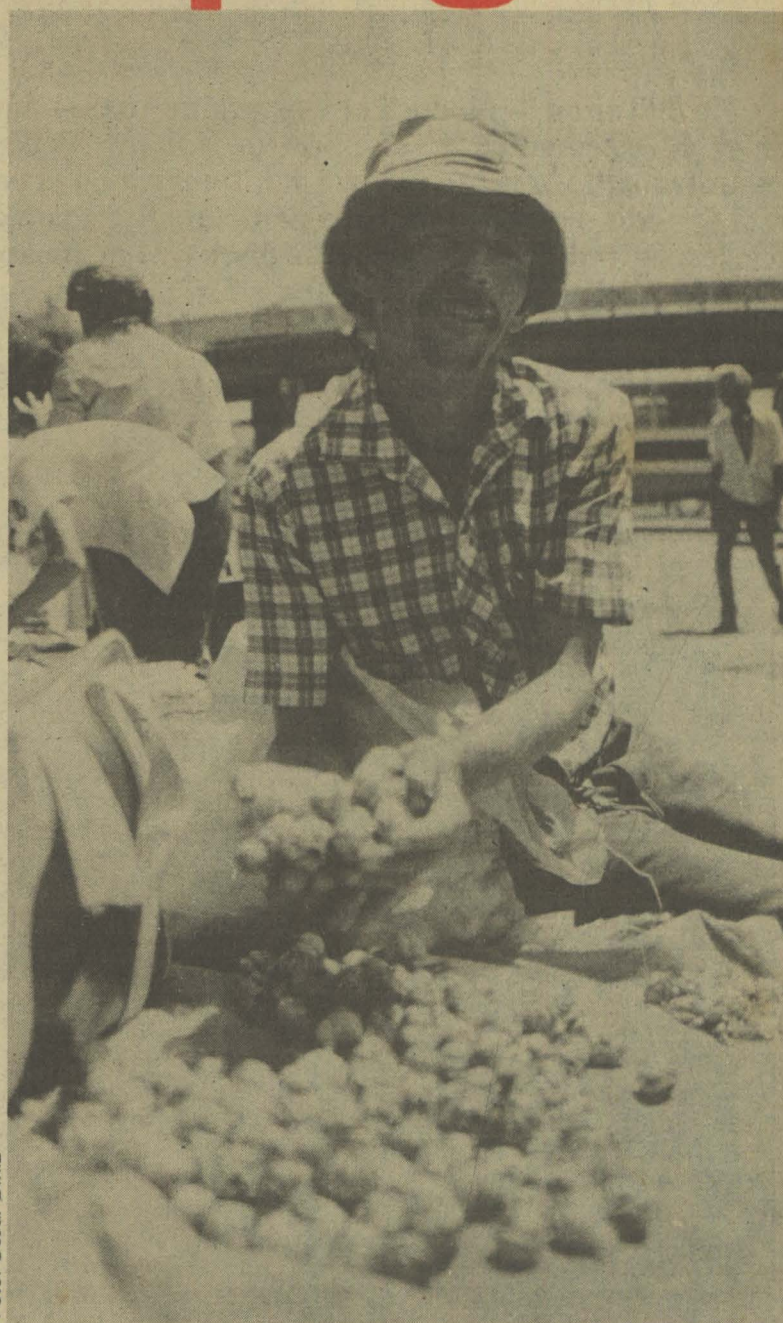


Foto: Cesar Diniz

Sebastião Bezerra: "tive de apelar para o bico para sobreviver"

crise na família: "Minha mulher não agüentou a miséria e sumiu de casa, levando nossos dois filhinhos, inclusive a caçula. Nunca mais os vi. Isto me arrasou; metade da minha vida foi para o lixo. No início tive vontade de acabar com a vida... Depois resolvi enfrentá-la e hoje vivo de vender pipoca".

"Marreteiro tem uma vida de cão. Sem salário, sem segurança, sem nenhum amparo"

A expectativa de todo subempregado é arrumar o mais breve possível um novo emprego fixo que lhe dê mais segurança. José Batista, por exemplo, não vê a hora de retornar à fábrica. "A vida do ambulante é a pior que existe", afirma Batista. "A gente não tem nenhuma estabilidade, nenhuma segurança. Se faz chuva, não dá para trabalhar; se faz frio, ninguém compra sorvetes; quando faz sol e a gente pensa que vai tirar um dinheirinho, aparece o fiscal da Prefeitura e a gente tem que sair correndo para não perder as mercadorias".

Se estivesse trabalhando hoje como torneiro-mecânico na General Elétric, Batista ganharia em torno de Cr\$ 1,2 milhão. "Como sorveteiro eu ganho, no verão, cerca de Cr\$ 300 mil por mês. É com esta migualha que eu tenho que sustentar minha esposa e as duas crianças. Só estamos conseguindo sobreviver graças à ajuda da nossa sogra. Se não fosse

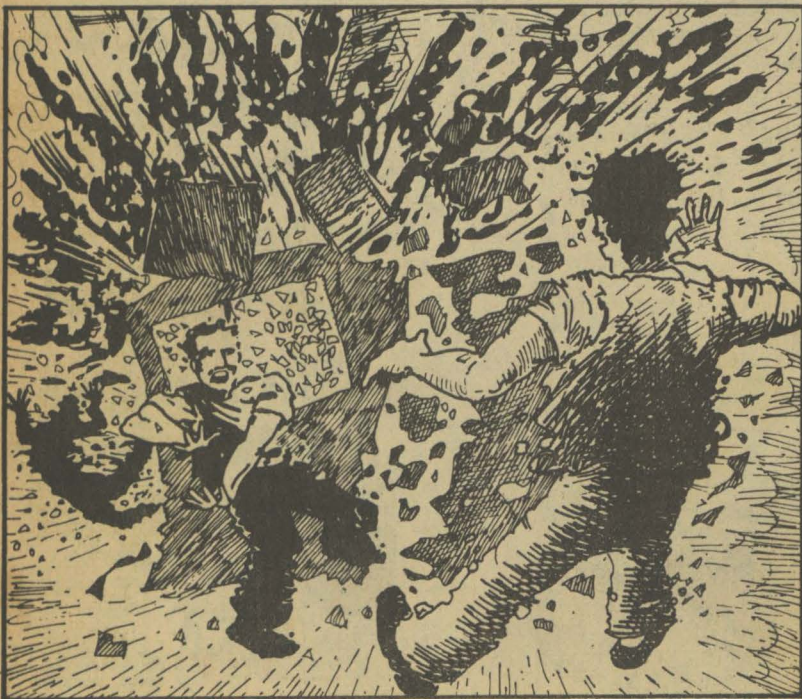
ela, a gente passava fome", relata Batista.

Sebastião Bezerra também torce para ser chamado numa fábrica. "Se eu fosse convocado, largava tudo isto aqui mesmo e saía correndo para voltar ao meu trabalho de encarregado de armador." Para ele, "o marreteiro leva uma vida de cão. Não tem férias, nem horário de trabalho, nem amparo da Previdência. Só o fato de você ter a carteira de trabalho assinada já é uma segurança".

A maioria dos marreteiros está confiante numa melhora do mercado de trabalho no governo Tancredo Neves. "Eu boto fé no mineiro. Melhor do que o governo dos militares, tenho certeza que vai ser", afirma Celestino. Ele deposita a culpa da situação de subemprego no governo dos generais. "Eu perdi minha esposa e meus dois filhos por culpa dos homens que estão no governo. Braços e vontade para trabalhar eu tinha e tenho. Só que os militares afundaram o país e tiraram os nossos empregos e as nossas famílias. Eles é que nos obrigaram a viver de bicos. Por culpa deles vários profissionais viraram marreteiros."

José Batista também culpa o regime militar, mas não deixa impune a ganância dos capitalistas. "A General Elétric me usou até eu virar um bagaço. Quando eu me acidentei, por causa da falta de segurança da própria multinacional, ela jogou o bagaço fora." (Altamiro Borges)

Sede de lucro gera tragédia



Um verdadeiro crime contra os operários ocorreu na tarde de 5 de março em Fortaleza. A explosão de uma caldeira na Usina Lindoya, beneficiadora de castanha-de-caju — situada na avenida Francisco Sá —, matou 11 operários, mutilou muitos e feriu mais de 40. O estrondo foi ouvido a mais de 5 km de distância, tendo a caldeira, de 24 toneladas, caído a mais de 500 metros — entre um hospital infantil e um quarteirão de casas. Estilhaços de ferro foram encontrados num raio de 800 metros. Pedacos da estrutura do prédio caíram próximos ao Hospital Fernandes Távora, atingindo muitas casas. Alguns corpos ficaram tão mutilados que não puderam ser identificados por seus familiares. A Construtora Cai-

ara, que fica ao lado da usina, teve seu escritório totalmente destruído e três de seus funcionários morreram.

O mecânico Vicente Castro de Oliveira, que trabalhava na usina há seis anos, vinha alertando colegas, e até vizinhos, do perigo que todos corriam. Um funcionário da usina afirmou que a caldeira que explodiu tinha capacidade de produzir quatro toneladas de vapor por hora a uma temperatura de 150 graus centígrados e pressão de 110 libras. Ela foi adquirida em segunda mão de uma indústria mineira, e tinha mais de 20 anos de uso ininterrupto — ultrapassando, portanto, a vida média de 15 anos.

DESCASO PATRONAL E DA DRT
Hermes Rodrigues, diretor

da empresa, afirmou que os peritos estão estudando as causas da explosão. Já o delegado regional do Trabalho, Ademar Neiva de Sousa, apressou-se em declarar que "foi um acidente, porque a empresa adquiriu uma caldeira nova exatamente para aliviar a carga da outra e assim oferecer segurança no trabalho".

A sede de lucros é tamanha, que somente agora, depois de vários anos de vencimento do prazo de validade de funcionamento da caldeira, é que a empresa estava providenciando a sua substituição.

Compete à DRT acompanhar e fiscalizar toda empresa que opera com caldeiras, mantendo sob seu controle a mar-

ca, tipo, procedência, ano de fabricação etc. Porém, isto não foi feito. Muito recentemente, o professor Chagas, da disciplina Higiene e Segurança do Trabalho do curso de Engenharia Mecânica da UFC, solicitou da DRT a relação das empresas que operam com caldeiras para uma demonstração a seus alunos, e a DRT respondeu que não tinha tal relação!

Como se pode ver, se o descaso das empresas para com a segurança de seus operários é grande, o das autoridades é ainda maior, pois compete a elas a mais rigorosa fiscalização. Contudo a grande preocupação do delegado do Trabalho, Ademar Neiva, é punir trabalhadores e sindicatos que lutam contra as injustiças patronais. (Da sucursal)